

UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ

Pró - reitoria de Pesquisa e Pós Graduação

**PROJETO CURUMIM : O GERENCIAMENTO
DO LAZER INFANTIL NO SESC TAUBATÉ**

Lilia Marcia Barra

Monografia apresentada no Departamento de Economia, Contábeis, Administração e Secretariado – ECASE, da Universidade de Taubaté, como parte dos requisitos para obtenção do Certificado de Especialização pelo curso de Pós Graduação do MBA em Gerência Empresarial.

Taubaté – SP

2001

COMISSÃO JULGADORA

Data: _____

Resultado: _____

Prof. Dr. _____

Assinatura _____

Prof. Dr. _____

Assinatura _____

Prof. Dr. _____

Assinatura _____

UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ

Pró Reitoria de Pesquisa e Pós Graduação

**PROJETO CURUMIM: O GERENCIAMENTO
DO LAZER INFANTIL NO SESC TAUBATÉ**

Lilia Marcia Barra

Monografia apresentada no Departamento de Economia, Contábeis, Administração e Secretariado – ECASE, da Universidade de Taubaté, como parte dos requisitos para obtenção do Certificado de Especialização pelo curso de Pós Graduação do MBA em Gerência Empresarial.

Orientadora: Profa. Dra. Edna Maria Querido de Oliveira Chamon

Taubaté - SP

2001

BARRA, L.M.B. *Lazer infantil e projeto Curumim no SESC Taubaté*. Taubaté, 2001. Monografia - Universidade de Taubaté

Dedico este trabalho a meus pais, que me fizeram acreditar nas reais possibilidades dos sonhos.

AGRADECIMENTOS

Ao Serviço Social do Comércio SESC-SP, por investir e estimular o aprimoramento dos seus funcionários.

Ao Luiz Ernesto Figueiredo, por acreditar e confiar na sua colaboradora.

À orientadora Edna Maria Querido de Oliveira Chamon, pelo incentivo e força.

SUMÁRIO

Resumo	9
1. Introdução	10
2. Lazer Infantil e sua Genealogia	12
2.1. O Conceito de Lazer e o Conceito de Trabalho	13
3. Determinações Históricas na Criação do Serviço Social do Comércio	27
3.1. Transição dos Meios de Produção no Brasil	27
3.2. O Advento da Industrialização no Brasil	30
3.3. Características da População Operária	34
3.4. Insumos Básicos para a Formação do Trabalhador	38
4. Serviço Social do Comércio: da Assistência Social à Educação, ao Lazer e à Cultura	41
5. Projeto Curumim: de sua Concepção até o Momento Atual	55
6. Metodologia	68
6. Análise das Entrevistas	70
7. Conclusão	83
8. transcrição das Entrevistas	87
9. Modelo de Autorização	103
10. Referências Bibliográficas	104
Abstract	106

BARRA, L.M.B. *Lazer infantil e projeto Curumim no SESC Taubaté*. Taubaté, 2001. Monografia - Universidade de Taubaté.

RESUMO:

Esta monografia trata da experiência do SESC Taubaté com o lazer para crianças, experiência pautada pelo projeto Curumim, que desde 1986 vem sendo adotado em todas as unidades do Serviço Social do Comércio no Estado de São Paulo. Para tanto, são arroladas definições concernentes ao lazer em sentido amplo e em sua acepção infantil; em seguida, verifica-se como o SESC relacionou-se com as políticas governamentais e econômicas durante os 51 anos de sua existência. Essa correlação entre os momentos históricos e as diretrizes de ação do SESC fundamenta a abordagem específica do Curumim, determinando grandemente seus objetivos, até hoje, quando o projeto completa 15 anos. A conclusão é que os objetivos econômicos, dentre eles a formação para uma futura inclusão da criança no mercado de trabalho, ainda estão subordinadas à função principal do lazer em quaisquer faixas etárias: proporcionar momentos de diversão desinteressada, passatempos que crianças e adultos escolham de livre e espontânea vontade.

PALAVRAS-CHAVE: lazer, infância, SESC, educação não-formal.

1. Introdução

Existe hoje vasta bibliografia sobre o lazer, não por acaso intimamente relacionada com o trabalho e seu desdobramento pós-industrial, direcionado para a administração de empresas. Oriundas dessa vertente, aparecem as manifestações do lazer relacionadas com a educação permanente e a educação não-formal.

Paradoxalmente, não se consegue pensar o lazer sem essas determinações, as quais se resumem em uma, pois a educação visa prioritariamente a formar um trabalhador mais ou menos especializado.

Restaria ao lazer lidar com o resíduo da formação técnica ou com o tempo de sobra do repouso biológico. Entretanto, o monolito da civilização do trabalho não espalha farpas; também seus resíduos são utilizados para a formação das mentalidades, seja preparando as pessoas para uma convivência harmônica apropriada à linha de produção, seja ocupando-as com a satisfação de consumir.

O lazer infantil tampouco consegue fugir dessa roda viva. Sabemos que a perversidade da mídia televisiva transformou a diversão da criança em treinamento para o consumo; sabemos que o abuso de autoridade ou os azares da

vida não permitem aos meninos e meninas viverem sem o peso da perspectiva profissional.

A infância, se é que um dia o foi, deixa de ser assim o reino da espontaneidade e o paraíso de despreocupação. Derivamos essa hipótese das premissas que Hannah Arendt enunciou em seu livro *A Condição Humana* (1983), e a corroboramos com autores tais como Domenico De Masi (2000).

Para averiguar o alcance dessa teoria no Brasil, acompanhamos historicamente a implantação das indústrias no país e os atritos causados por esse processo, que se deu em detrimento dos interesses da maioria da população. Verificamos que o Serviço Social do Comércio acompanhou de perto os planos de governo; porém, nos momentos em que não se alinhou estritamente à política oficial, as linhas de atuação propostas pelo SESC, dentre elas o lazer, ainda obedeciam ao empenho desenvolvimentista.

Acaso seria possível, na contramão dessa avalanche, preservar um momento de lazer desinteressado? O sociólogo Joffre Dumazedier (1999:160) considera que isso pode acontecer quando alguém exerce o direito à livre escolha. Evidentemente os adultos também utilizam esses momentos para escolher produtos a serem consumidos, para comprar à vontade.

Quanto às crianças, resta verificar se em projetos como o Curumim, desenvolvido pelo SESC São Paulo, elas conseguem brincar o mais livremente possível e, assim, praticar verdadeiramente o lazer.

2.LAZER INFANTIL E SUA GENEALOGIA

Acordar cedo para ir à escola, ou para fazer a tarefa escolar; conforme a família, freqüentar um curso de línguas, de música, de natação, ou ajudar a mãe nos trabalhos domésticos, isso quando a criança não é inteiramente responsável por estes. Nos casos-limites, trabalhar fora de casa, sem haver sequer a perspectiva de cursar a escola. Obedecer aos pais e compartilhar até mesmo suas crenças religiosas.

Este painel das obrigações infantis descreve, em rápidas pinceladas, o pano de fundo sobre o qual se destaca o lazer infantil pois, quanto aos adultos, o conceito de lazer se define em contraste com as obrigações que giram em torno do trabalho; são os deveres da criança o ponto de partida para qualquer estudo sobre seu lazer. Pensar alternativas às atividades compulsórias da criança não significa simplesmente deixá-la à toa, embora tenha de se prever momentos em que isso aconteça. Em contrapartida, para não abusar dos termos,

deve ficar claro que dever infantil não se considera trabalho, e sim um preparo para sua execução. Nesse sentido, antes de investigar o lazer infantil, é preciso averiguar a noção de lazer.

2.1.0 CONCEITO DE LAZER E O CONCEITO DE TRABALHO

A palavra lazer, segundo o Dicionário Etimológico de Antônio Geraldo da Cunha(1996), deriva do latim *licere*, ser lícito, permitido, termo que no século XIII se transformou em *lezer*. Também da língua latina advém o verbo francês *laisser*, que, de acordo com o dicionário *Petit Larousse*, remonta a *laxare*, significando relaxar, aliviar, descansar e recrear. Essa dupla raiz etimológica ilustra o impasse existente na definição do lazer: por um lado, depende de permissão, de sanção; por outro, não admite pressões. Significa, em sentido amplo, tirar uma licença, uma folga das obrigações. Essa folga, no entanto, não existiria se os compromissos não fossem cumpridos e se as regras não fossem obedecidas. Em última instância, é a sujeição ao trabalho que delimita a área de lazer, pois hoje todas as obrigações sociais tendem para esse fim.

Joffre Dumazedier(1999: 20), um dos pioneiros na sociologia do lazer, distingue o tempo livre e o lazer segundo os seguintes critérios: "a ociosidade nega o trabalho, o lazer o supõe". Em outras palavras, a organização de todo lazer, anterior ou posterior ao ingresso na esfera da produtividade (referente ao jovem, ainda despreparado, e ao aposentado, já desqualificado), tem como referência a mão-de-obra designada trabalho, termo que se relaciona exclusivamente com a sociedade industrial ou pós-industrial.

Mas as pessoas não trabalhavam antes do advento das indústrias?

Segundo a filósofa Hannah Arendt, elas trabalhavam, mas os antigos também negociavam, labutavam e atuavam, na medida em que *nec-otium*, *labor*, *tripalium* e *vita activa* respondiam pela manutenção e pela reprodução da vida humana. Labor e negócio, entretanto, não eram sinônimos: "A palavra grega *skhole*, como a latina *otium*, significa basicamente a isenção de atividade política e não simplesmente lazer, embora ambas sejam também usadas para indicar isenção do labor e das necessidades da vida" (ARENDR, 1983: 23). Enquanto o negócio relacionava-se principalmente à atividade política, o labor ligava-se a fadigas e penas decorrentes da fraqueza humana, bem como sua designação mais utilizada no idioma português: trabalho. Este termo, que vem de *tripalium*, definia um "instrumento de

tortura composto de três paus; da idéia inicial de 'sofrer', passou-se à de 'esforçar-se, lutar, pugnar' e, por fim, 'trabalhar'" (CUNHA, 1996: 779).

Da tradição greco-latina derivou certa hierarquia das ocupações humanas que dava primazia à participação dos cidadãos nas decisões políticas (a lei ateniense chegou a proibir que os cidadãos permanecessem neutros nas disputas partidárias) e considerava o labor e o trabalho como atividades inferiores, meros instrumentos provedores de necessidades e, por isso mesmo, subordinados à liberdade de escolha característica da cidade-estado grega, a *pólis*. "Nem o labor nem o trabalho eram tidos como suficientemente dignos para constituir um modo de vida autônomo e autenticamente humano; uma vez que serviam e produziam o que era necessário e útil, não podiam ser livres e independentes das necessidades e privações humanas" (ARENDR, 1983: 21).

Tampouco o trabalho intelectual escapava dessa desvalorização sistemática, pois os serviços dos escribas, por exemplo, atendiam a necessidades de interesse público ou privado, consistindo, assim, em atividades úteis e servis, dignas somente de serem realizadas por escravos.

A idade moderna, entretanto, engendrou o que Arendt (1983) denomina uma glorificação do trabalho, invertendo a

tradição que havia conferido, na hierarquia das ocupações humanas, uma posição de destaque para a participação política e mesmo para a vida contemplativa. Doravante, sequer o labor de subsistência consegue competir com o trabalho acumulativo. A partir do século XVII, louva-se a produtividade, a capacidade de exercer a força de trabalho humana, independentemente da qualidade e da quantidade das coisas produzidas. O acúmulo ilimitado de riquezas provoca, então, um paradoxo entre a durabilidade dos objetos de uso e o acréscimo dos bens de consumo. "Neste caso, a solução parece bastante simples. Consiste em tratar os objetos de uso como se fossem bens de consumo, de sorte que uma cadeira ou uma mesa seriam consumidas tão rapidamente quanto um vestido, e um vestido, quase tão rapidamente quanto o alimento. Esta forma de tratar as coisas do mundo é perfeitamente adequada ao modo como elas são produzidas. A revolução industrial substituiu todo artesanato pelo labor; o resultado foi que as coisas do mundo moderno se tornaram produtos do labor, cujo destino natural é serem consumidos, ao invés de produtos do trabalho que se destinam a ser usados" (ARENDDT, 1983:137).

A extensa citação explica porque, na tentativa de minorar a dor da atividade manual e de libertar a humanidade da sujeição às necessidades, a própria dinâmica do progresso científico e das conquistas técnicas acarretou a

impossibilidade da realização de um outro tipo de sociedade. Sem a única atividade que resta a uma sociedade de trabalhadores/consumidores, nada poderia ser pior do que deixá-los sem trabalho.

Em suma, a era moderna trouxe em seu bojo a supervalorização teórica do trabalho, que resultou na transformação efetiva de toda a sociedade em uma sociedade operária. "Assim, a realização do desejo, como sucede nos contos de fadas, chega num instante em que só pode ser contraproducente. A sociedade que está para ser libertada dos grilhões do trabalho é uma sociedade que já não conhece aquelas outras atividades superiores e mais importantes em benefício das quais valeria a pena conquistar essa liberdade" (ARENDDT, 1983:12). Do ponto de vista de Hannah Arendt (1983), atualmente é impossível colocar em prática atividades que não se pautem pela obrigação produtiva, tais como o lazer, porque vivemos uma civilização que assimila e anula qualquer alternativa ao modo de vida laborioso. Não conhecemos mais a estima que os gregos conferiam às decisões políticas, nem a preferência pela vida contemplativa que existia na Idade Média.

Outra vertente de estudos sobre o lazer, proposta por Joffre Dumazedier (1999), também parte do princípio de que o lazer pressupõe o trabalho, porque, como vimos, a sociedade

industrial dinamizou de tal forma a produção e o consumo, que praticamente todos, em todo o mundo, dependem ou se tornaram parte da sociedade operária, cujo tempo livre no fim de um dia de trabalho, de uma semana, de um ano ou de algumas dezenas de anos corresponde, em parte, às atividades de lazer. Parte, aliás, que tende a aumentar, segundo o autor, devido aos seguintes fatores:

“a) o progresso científico-técnico apoiado pelos movimentos sociais libera uma parcela do tempo de trabalho profissional e doméstico;

b) a regressão do controle social pelas instituições básicas da sociedade (familiares, sócio-espirituais e sócio-políticas) permite ocupar o tempo liberado principalmente com atividades de lazer” (DUMAZEDIER, 1999:55). A ruptura com os deveres familiares ou conjugais, a oscilação e o desinteresse pelas práticas religiosas, a grande abstenção em eleições políticas ou em qualquer decisão de interesse público, em conjunto com as conquistas tecnológicas, poderiam transferir diretamente para o lazer o tempo que antes se gastava nessas instituições ou no trabalho. Dumazedier (1999) e seus seguidores, ao contrário de Hannah Arendt (1983), consideram positiva a abstenção em decisões políticas, cultos religiosos e na vida familiar. Para eles, todos esses núcleos têm em

comum com o trabalho a obrigatoriedade e são, portanto, entidades afins à indústria, ao comércio, à agricultura.

Porque o lazer proporciona liberdade de escolha e porque as atividades de lazer são voluntárias, o passatempo consegue atrair o trabalhador em seus momentos de folga, suplantando, como observa Camargo(1986:10-11), o interesse pelas demais instituições que constituem a sociedade: "Um operário decide mais livremente sobre o seu lazer após o expediente - se vai ficar bebendo e conversando com os amigos ou se vai para casa assistir a uma novela - do que sobre a sua rotina de trabalho, normalmente determinada por outros. Trocar o romance de Machado de Assis por uma revista de história em quadrinhos pode até constituir um estilo de lazer. Mais difícil é tentar convencer o seu partido político a adotar outra estratégia de ação. Decidir entre ficar em casa ou passear no fim-de-semana desperta muita ansiedade em algumas pessoas, mas é menos penoso do que convencer o padre ou o pastor sobre um novo tipo de culto religioso".

Dar vazão à própria personalidade constitui, portanto, a principal conquista do trabalhador, principalmente daqueles que participam de sociedades pós-industriais, em que o avanço tecnológico possibilita, em menos tempo, grande produtividade. Antes disso, as sociedades pré-industriais ou

mesmo as emergentes carecem de uma ampla e longa aprendizagem para racionalizar o trabalho e, conseqüentemente, ter franco acesso ao lazer. Essa situação acarreta, no que se refere à formação de crianças e adolescentes, a adaptação do modelo escolar às necessidades técnicas, ao mesmo tempo em que retarda a entrada das novas gerações no mercado de trabalho e as obriga a uma educação cada vez mais prolongada. Para compensar o tempo que os jovens passam na escola, quem já conseguiu um emprego deve trabalhar para mantê-lo, o que Dumazedier(1999:157) considera um fator de crises econômicas, tais como a de 1965, em que "na França, para cerca de 14 milhões e meio de assalariados, contavam-se mais de 10 milhões de jovens que estudavam em tempo integral". Se países como a França padecem desse problema, ele não se limita às sociedades pré-industriais.

E, paradoxalmente, devido à crescente complexidade técnica, mesmo os profissionais qualificados do mundo pós-industrial são engajados em uma educação permanente, que prossegue por todos os ciclos da vida. Em conseqüência da necessidade de contínua especialização e atualização indispensáveis à manutenção do emprego, o afunilamento do tempo livre só pode ser sanado, segundo teóricos do gerenciamento empresarial, como Domenico de Masi (2000), com a interpenetração trabalho/lazer.

o mundo passa por uma fase pós-industrial, caracterizada pela transição do modelo fabril para o da sociedade de serviços: "Em 1870, em 13 milhões de pessoas empregadas, apenas 3 milhões se dedicavam à produção de serviços; em 1940, em 50 milhões de trabalhadores empregados, mais de 24 milhões se encontravam já neste setor" (DE MASI, 1999:33). Isso significa que, atualmente, a oferta de empregos concentra-se no setor da administração de empresas, pois o planejamento realizado por esses profissionais leva a uma racionalização do trabalho que diminui o tempo gasto na linha de montagem e até mesmo nos escritórios, dispensando mais cedo os trabalhadores de todos os setores. Sem contar que, com investimentos em pesquisas tecnológicas e contratação de pessoal criativo para organizar meticulosamente as etapas produtivas, as empresas conseguem aumentar os lucros em proporção muito maior do que empregando mão-de-obra humana na produção, incomparavelmente inferior à durabilidade e à velocidade de uma máquina. Exemplificando, "em 1971, foi descoberto o microprocessador, o *chip*. A potência do *chip* não é duplicada a cada sessenta anos, como acontece com a potência dos automóveis, mas é dobrada a cada dezoito meses. Em 1971, o primeiro *chip* tinha possibilidade de realizar vinte mil operações por segundo. Hoje, o *chip* chega a

realizar um bilhão de operações por segundo" (DE MASI, 2000:125).

A sociedade pós-industrial distingue-se também pela desestruturação do tempo e do espaço no trabalho; segundo De Masi, graças aos meios de comunicação foram libertados os operários e funcionários que se amontoavam nas "gaiolas desumanas" das empresas. Doravante tornam-se indiferentes o local e a jornada de trabalho, o que prenuncia a adoção de um modo de vida com lazer total. "Quando o trabalho *on-line* na era pós-industrial disseminar novamente os trabalhadores como na época rural, mantendo-os entretanto conectados entre si mediante as redes da informática, então também o tempo livre será gasto predominantemente em lazer difundido até no plano doméstico, mas com a possibilidade de interação a distância entre emissores e usuários, e também dos usuários entre si", conclui De Masi (1999:89).

Se o lazer se define em contraste com o trabalho profissional, essa invasão de território se chocaria com a livre escolha pressuposta por Dumazedier(1999:160) como condição *sine qua non* da existência de lazer. Mas ele mesmo se apressa em dizer que assim, ao menos, "o indivíduo teria maiores probabilidades de satisfazer uma curiosidade intelectual permanente e voluntária, indispensável à sua

participação ativa em sociedades marcadas por uma necessidade permanente de inovação". Desse modo, o lazer, que constituiria uma alternativa às instituições sociais constrangedoras do indivíduo, provoca uma reformulação dessas mesmas instituições, transformando-se, a partir de então, em modelo para a escola, a política, a religião, e até mesmo para o trabalho.

Visto que para Dumazedier (1999) a finalidade do lazer é satisfazer às necessidades pessoais, sem utilidade social direta, seria errôneo defini-lo como um complemento do trabalho. Constata-se a presença do lazer quando o tempo livre permite a expressão da subjetividade e a realização pessoal, independentemente de quaisquer controles."Como a necessidade de um trabalho prolongado se faz sentir menos, como o controle das instituições constitutivas da sociedade é menos extenso, um tempo marginal é liberado: sua razão de existir não é mais o funcionamento de uma instituição, mas a realização do indivíduo. Por isso é que R. Richta diz que na sociedade do lazer a subjetividade do indivíduo torna-se em si mesma um valor social." (DUMAZEDIER, 1999:57) Para Dumazedier (1999), a subjetividade passa a ser o único reduto contra as exigências da produção e do consumo incessantes, e a concretização desse processo interior consiste na opção por atividades consideradas inúteis, dentre as quais destacam-se

o lazer. É preciso atentar para o fato de que Dumazedier, embora defenda a autonomia do lazer e sua inutilidade total, não vai tão longe a ponto de romper com a sociedade do trabalho: "a ética do lazer não é a da ociosidade que rejeita o trabalho, nem a da licença que infringe as obrigações, mas a de um novo equilíbrio entre as exigências utilitárias da sociedade e as exigências desinteressadas da pessoa" (DUMAZEDIER, 1999:59).

Não havendo ruptura com o sistema de trabalho, a nova etapa das sociedades tecnológicas, além de proporcionar aos produtores um excedente de tempo para utilização livre, também oferece a possibilidade de se passar o tempo consumindo mais e melhor, diz o autor.

O tempo disponível para consumir à vontade, e não apenas para comprar produtos necessários à sobrevivência, pode conciliar-se assim com o ideal de inutilidade que expressa a personalidade própria do trabalhador, resultando em aumento da aquisição de objetos inúteis e na paulatina transformação de todas as mercadorias duráveis em bens descartáveis (como previa Hannah Arendt). Com isso, os valores do lazer e do trabalho interpenetram-se. A subjetividade deixa de ser irreduzível à lógica da produção e do consumo.

O lazer, concebido para fugir das coerções profissionais, escolares, e de tantas outras, poderia ameaçar a sociedade operária, se esses opostos não fossem conciliados. Para manter a produtividade e o escoamento dos bens de consumo, é preciso amenizar as pressões das instituições sociais sobre o indivíduo, sem afastá-lo dessas mesmas instituições. Com esse intuito, Dumazedier acredita que o papel do lazer consiste em integrar o protesto à repressão, em prol da realização dos interesses pessoais, sem perder, contudo, as benesses da sociedade industrial. Já em meados do século XX havia indícios dessa prática de conciliação, quando "os organismos de distribuição comercial modificaram sua publicidade, que se tornou, no conjunto, mais informativa, mais educativa e mais humorística" (DUMAZEDIER, 1999: 80).

Concluindo, o lazer definido segundo o critério de inutilidade social, que entende a livre escolha como característica da expressão do indivíduo, indiretamente retoma o padrão do trabalho quando o tempo livre é impregnado pela contrapartida da produção, ou seja, a necessidade de consumir. Concentram-se essas exigências em uma modalidade de compra que se dedica cada vez mais a mercadorias descartáveis e imprestáveis, mas que supostamente definem a personalidade própria do consumidor.

Por outro lado, o progresso tecnológico frustrou as expectativas de quem acreditava que a liberdade pessoal apareceria espontaneamente quando os rigores do trabalho fossem amenizados; pelo contrário, para compensar o atraso técnico das sociedades pré-industriais, os jovens dedicam-se aos estudos praticamente em período integral, e os adultos engajam-se em infindáveis cursos de formação continuada. Nas sociedades pós-industriais o panorama não é outro, pois em todas as idades faz-se necessário acompanhar os avanços da ciência. Sem contar que, do primeiro ao terceiro mundo, as conquistas científicas não acarretam apenas aumento do tempo livre, mas achatamento de salário e desemprego maciço, porque as empresas investem em tecnologia, visando ao lucro, e não ao florescimento pessoal dos empregados. O próprio De Masi admite isso ao enumerar as conseqüências da passagem da sociedade industrial à sociedade pós-industrial, dentre as quais verifica-se aquilo que os economistas norte-americanos denominaram desenvolvimento sem emprego, *jobless growth*: "de seis bilhões de habitantes, cinco bilhões não trabalham, condenados a um tipo de ócio permanente. Um bilhão de pessoas trabalha muito. Porém, também (...) essas pessoas estão aterrorizadas pela possibilidade de não encontrar trabalho. (...) Há dez anos atrás, na fábrica da Fiat em Turim, na Itália, eram necessárias quatorze pessoas para produzir um

automóvel. Hoje é necessária uma pessoa só para produzi-lo no mesmo período de tempo" (DE MASI, 2000:128).

Tais paradoxos indicam que as teorias de Dumazedier e De Masi desembocam naquilo que Hannah Arendt denominaria tendência totalizante da civilização do trabalho, uma organização regida pelo lucro, que não respeita os limites da intimidade pessoal, em seu afã de absorver mesmo as delinqüências sociais e a criatividade desinteressada, transformando-as em mecanismos de produção e consumo, e neutralizando todas as possibilidades de manifestação do lazer.

3.DETERMINAÇÕES HISTÓRICAS NA CRIAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO (SESC)

Conforme a genealogia do trabalho e do lazer exposta no capítulo anterior, percebe-se que pensar o lazer infantil de acordo com a entidade que o promove permite discernir os limites e as potencialidades de cada caso.

Esta monografia aborda a experiência do projeto Curumim, criado e realizado desde 1986 pelo Serviço Social do Comércio [SESC] do Estado de São Paulo.

O SESC foi criado em 1946, após o primeiro governo de Getúlio Vargas, mas concebido na mesma linha de sua política trabalhista. Desde seu engendramento, nota-se que o SESC comprometeu-se com a industrialização do Brasil, com o desenvolvimentismo e com a preparação da população para movimentar esse sistema.

3.1.TRANSIÇÃO DOS MEIOS DE PRODUÇÃO NO BRASIL

Segundo o historiador Bóris Fausto(1999:299), embora até a tomada de poder por Vargas, em 1930, o Brasil tenha sido um país predominantemente agrícola, a pioneira indústria têxtil

aqui se instalara desde 1866, incrementando-se após a abolição da escravatura. A partir de 1890, as atividades fabris diversificaram-se, e ao mesmo tempo surgiram movimentos operários que, em fins do século XIX, já pleiteavam o reconhecimento dos sindicatos e a redução da jornada de trabalho, dentre reivindicações mais radicais, tais como a implantação do socialismo. O historiador comenta que "pressionando os patrões obtinham-se direitos, mas estes não eram assegurados em lei. Passado o momento de pressão, os direitos se perdiam. Mas esse quadro foi quebrado entre 1917 e 1920, quando um ciclo de greves de grandes proporções surgiu nas principais cidades do país, especialmente no Rio de Janeiro e em São Paulo". O objetivo dos operários, que no período realizaram mais de cem greves só em São Paulo, era melhorar suas condições de vida e conquistar direitos como a proibição do trabalho de menores de catorze anos e a jornada de oito horas, com acréscimo de 50% nas horas extras. A repressão foi violenta, os estrangeiros envolvidos no movimento foram expulsos e os demais, proibidos de manifestar-se. Em 1919 alguns deputados apresentaram um projeto de Código Trabalhista, mas o projeto foi derrubado por industriais e pela maioria do Congresso Nacional. Assim, "apesar das greves, das leis esparsas e da existência de movimentos e partidos que tratavam de arregimentar a classe

operária, ou falar em nome dela, a massa trabalhadora continuava em sua grande maioria carente de direitos e de organização. Essa carência seria um campo fértil para a ação do Estado através da política trabalhista de Getúlio Vargas" (FAUSTO, 1999:305).

Curiosamente, até hoje ela passa como política inovadora, embora tivesse por objetivos principais reprimir o esforço de organização da classe trabalhadora, que não se submetia ao controle do Estado, e atraí-la para que apoiasse o governo Vargas. Os sindicatos aderiram à legalização, o que acarretou o desaparecimento do sindicalismo autônomo. Porém, a ampla iniciativa estatal que se deu com a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e com a concessão de férias e jornada de oito horas encontrou resistências junto às associações de industriais e comerciantes, principalmente com relação às medidas que concediam direitos aos trabalhadores.

A queda de Getúlio Vargas, em 1945, aconteceu sob os auspícios dos Estados Unidos da América, que, aliás, também vinham patrocinando o "desenvolvimentismo" getulista, de acordo com a "estratégia dos centros do capitalismo, de deslocar investimentos e importações: ao invés de limitar seu investimento às matérias-primas, o capital monopolista na periferia investe também na produção de bens de consumo, e no

lugar dos bens de consumo, passa a exportar meios de produção" (COSTA, 1998:35). Após a II Guerra Mundial, o Brasil substituiu o obsoleto equipamento de suas indústrias tradicionais (têxteis, alimentos, bebidas, couros, peles, madeiras), e instalaram-se novas indústrias, para que a produção nacional atendesse a contento o mercado interno, política que se efetivou em 1948, com a introdução de mecanismos de controle sobre a compra de mercadoria externa, obviamente excetuando-se a importação de maquinário, que crescera 290% no período 1945/51. Os esforços brasileiros para substituir os meios de produção, como máquinas e veículos que deveriam dinamizar a produção e facilitar o escoamento, dependiam fundamentalmente de uma trégua definitiva com os trabalhadores.

3.2.0 ADVENTO DA INDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL

Em nome do crescimento econômico, o patronato capitulou em 1945, quando empresários brasileiros da indústria, do comércio e da agricultura se reuniram para a Conferência das Classes Produtoras, que resultou na redação da *Carta da Paz Social*. Este documento foi assinado por empresários de destaque, de todos os ramos econômicos, "com o objetivo de

atender às necessidades sociais urgentes e de propiciar aos trabalhadores do campo e da cidade maior soma de bem-estar e igualdade de oportunidades" (*Carta da Paz Social*, in ALMEIDA, 1997: 24). O artigo 1º da referida carta declarava ainda: "Os empregadores e empregados que se dedicam, no Brasil, aos vários ramos de atividade econômica reconhecem que uma sólida paz social, fundada na ordem econômica, há de resultar de uma obra educativa, através da qual se consiga fraternizar os homens, fortalecendo neles os sentimentos de solidariedade e confiança." Para manter essa 'obra educativa', que visava exclusivamente a formar trabalhadores, "propõem-se os empregadores a criar um Fundo Social a ser aplicado em obras e serviços que beneficiam os empregados de todas as categorias, e em assistência social em geral, repartindo com os Institutos existentes as atribuições assistenciais e de melhoramento físico e cultural da população" (*Carta da Paz Social*, in ALMEIDA, 1997: 24). Em suas conclusões, a *Carta da Paz Social* frisava a importância, não só do assistencialismo, como também de um esclarecimento mais amplo, que já indicava a importância da educação técnica e do lazer para a realização de suas metas: "O objetivo do Fundo Social é promover a execução de medidas que não só melhorem continuamente o nível de vida dos empregados, mas lhes

facilitem os meios para aperfeiçoamento cultural e profissional."

Assim, a partir dos princípios da *Carta da Paz Social*, um decreto-lei assinado pelo então presidente da república, general Eurico Gaspar Dutra, criou, em 13 de setembro de 1946, o Serviço Social do Comércio [SESC], o Serviço Social da Indústria [SESI], e os respectivos órgãos de ensino técnico, Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial [SENAC] e Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial [SENAI]. São organismos que atuam em todo o Brasil, mantidos com uma contribuição patronal sobre a folha de pagamento. No caso do SESC, a porcentagem é de 1,5%, retida pelo IAPC (Instituto de Assistência e Previdência do Comerciário), que, em 1990, incorporou-se ao INSS (Instituto Nacional de Seguridade Social). Em seguida, esta entidade repassa a verba à Confederação Nacional do Comércio, que a distribui proporcionalmente aos departamentos regionais.

Como exigência do processo de industrialização, o Governo Federal e as classes empresariais cotizaram-se, com a finalidade de melhorar o padrão de vida e, indiretamente, o poder aquisitivo da população, criando condições para a formação de um mercado interno. Propuseram-se também a evitar a pauperização da classe trabalhadora, o que na época

consistia basicamente em cuidados com a saúde e com a alimentação. A *Carta da Paz Social* atentava ainda para a necessidade de um 'aperfeiçoamento cultural e profissional', destinado a especializar a população assalariada, até então egressa do campo, pela via das correntes migratórias, ou convocada às pressas, após a abolição da escravatura. Maria Heloísa de Araújo Fiore(1982:12), ao pesquisar as *Origens e Implantação do Programa de Lazer no SESC*, comenta que "esse contingente de mão-de-obra era tão mais necessário por tratar-se de uma fase caracterizada pelo uso extensivo da força de trabalho humana, já que era baixíssimo o nível de automação da indústria nacional". A força de trabalho humana fundamentava esse sistema, embora a política governamental e empresarial não suprisse as necessidades de sua manutenção: "o crescimento do capital industrial não se faz acompanhar de um crescimento proporcional dos salários, a concentração de renda (...) inclui também uma tendência geral continuada ao rebaixamento do salário real. E, frente a essa situação, o poder público não estava aparelhado para contribuir expressivamente na prestação de serviços essenciais" (FIORE, 1982:12).

Daí as péssimas condições sanitárias nas cidades e a alta incidência de endemias que concorriam para a invalidez temporária ou permanente dos trabalhadores (como a malária e

a tuberculose), sem que houvesse meios de erradicá-las, dada a carência de hospitais e postos de saúde. Ao mesmo tempo, os grandes centros urbanos, que sediavam a indústria e o comércio, eram foco crescente de tensões sociais, devido à migração interna ocorrida após a crise mundial de 1929, que, entre outros problemas, gerou no Brasil a bancarrota dos cafeeiros.

A falta de infra-estrutura e a concentração de renda prejudicavam tanto a produção quanto o consumo, pois na época, a população trabalhadora constituía o mercado consumidor por excelência, já que o parque industrial brasileiro concentrava-se na produção de bens não-duráveis. Mesmo em 1949, alimentos e tecidos destinados ao consumo dos assalariados urbanos representavam 50% da produção total das indústrias de transformação. Interessados em acelerar o ritmo da produção e do consumo, empresários e governo tomaram uma série de medidas, dentre as quais a implantação do SESC.

Naquele momento o Brasil adentrou os limites do que Hannah Arendt definiu como civilização do trabalho.

3.3. CARACTERÍSTICAS DA POPULAÇÃO OPERÁRIA

No Brasil, as práticas modernas de trabalho, conhecidas pelo imigrante europeu, que reivindicava direitos desde sua chegada ao país, conviveram com as características da população local livre e pobre, que desde a Colônia fora apartada da atividade mercantil, realizada por escravos africanos, e que por isso, permanecera isolada da produção para o mercado. Em *Homens Livres na Ordem Escravocrata*, a socióloga Maria Sylvia de Carvalho Franco(1976:14) observa que, na colonização portuguesa, "a constituição desse tipo humano prende-se à forma como se organizou a ocupação do solo, concedido em grandes extensões e visando culturas onerosas. Dada a amplitude das áreas apropriadas (...) decorreu uma grande ociosidade das áreas incorporadas aos patrimônios privados, podendo, sem prejuízo econômico, serem concedidas para uso de outros". Essa situação possibilitou a existência de homens destituídos da propriedade dos meios de produção, mas não de sua posse. Porque viveram paralelamente à produção mercantilista escravocrata, não foram submetidos às pressões econômicas, não conheceram os rigores do trabalho forçado e não se proletarizaram, vagando durante quatro séculos: "uma 'ralé' (...), homens a rigor dispensáveis, desvinculados dos processos essenciais à sociedade" (FRANCO, 1976:14). Para conhecer o *modus vivendi* desses núcleos relegados a uma intransponível marginalidade, que levantou

barreiras entre o caipira e o "civilizado", a autora analisou processos judiciais do século XIX na região do Vale do Paraíba. Despojados de vínculos, os grupos caipiras viviam como andarilhos, o que os desobrigava de obedecer a soldados, padres ou a qualquer autoridade pública. Tal fator também os isentava de participar do mercado de trabalho, e "foi nesse contexto que nasceu o 'preguiçoso' caipira, que esteve colocado na feliz contingência de uma quase 'desnecessidade de trabalhar', com a organização social e a cultura se amoldando no sentido de garantir-lhe uma larga margem de lazer, mas que sofreu, simultaneamente, a miserável situação de poder produzir apenas o estritamente necessário para garantir uma sobrevivência pautada em mínimos vitais" (FRANCO, 1976:33). O caipira não trabalhava, só labutava.

A sociedade colonial, portanto, desperdiçava uma parcela ponderável da força de trabalho da população, que, em alguns casos, constituía 2/3 da população livre do país, sendo mais numerosa do que a dos escravos existentes. Quando excepcionalmente a sociedade aproveitava o caipira, ela acentuava seu alheamento, não lhe oferecendo possibilidades de integração: quem contratasse brancos livres e sem posses designava-lhes tarefas arriscadas, como a derrubada de florestas, ou empregos que não se confiavam a escravos, como o de tropeiro, carreiro, ou ocupações ligadas ao gado.

Por esse motivo, nas situações de trabalho o comportamento dos matutos muitas vezes não se adequava às técnicas de incentivo e controle de produtividade. Há registros de empreitadas que resultaram em conflitos fatais, devido ao caráter de desafio que os homens livres imprimiam a suas relações de trabalho. As *Atas da Assembléia de Guaratinguetá* relatam o depoimento de uma testemunha de morte, ocorrida durante um mutirão em 1881: "começaram o serviço porfiando a ver quem acabaria primeiro o eito; antes de chegar ao fim deste, Arsênio, mostrando uma enxada agarrada pelas duas mãos dizia '_ Quem quer?', fazendo desta sorte um desafio aos que se tinham adiantado no serviço. Antônio Francisco, excitado por aquele desafio, descarregou sua enxada sobre a testa de Arsênio, que caiu prostrado; vendo isto, Fortunato, que estava um pouco longe, corre sobre Antônio Francisco e lhe dá uma enxadada" (*Ata 36-2 758/1881; apud FRANCO, 1976:34*). Depois desencadeou-se violentíssima luta, que envolveu todos os participantes do mutirão, com tiros de garrucha, enxadadas e facadas. São comunidades regidas pelo desafio, e o conflito é inerente à própria dinâmica da situação de trabalho; o sucesso de um mutirão, no entanto, exige cooperação, concórdia e harmonia. Para *Maria Sylvia de Carvalho Franco*, a análise das relações sociais no decorrer desses mutirões confirma que as forças de ruptura da

população caipira são inerentes ao desempenho de suas atividades, pois sua posição de marginalidade em relação à sociedade brasileira definiu, inclusive entre seus membros, vínculos bastante frouxos.

Ao mesmo tempo, a preponderância do trabalho escravo na sociedade colonial livrou os homens livres e pobres da regulamentação das relações de trabalho; sua condição de agregados junto aos latifúndios proporcionava-lhes meios de subsistência cuja ínfima importância econômica excluía a mão-de-obra livre das pressões que transformariam sua força de trabalho em mercadoria.

3.4. INSUMOS BÁSICOS PARA A FORMAÇÃO DO TRABALHADOR

Por outro lado, as classes dominantes brasileiras tendiam a considerar os direitos trabalhistas como idéia subversiva cooptada por trabalhadores europeus anarquistas e comunistas, ou como delinqüência de caipiras que não conseguiram se ajustar às exigências do mundo moderno. A Consolidação das Leis do Trabalho, decretada em 1943, assinalou uma nova tendência empresarial frente aos esforços para o aumento de produtividade: a concessão de direitos básicos aos trabalhadores, tais como salário mínimo, estabilidade, aviso prévio, jornada de oito horas, férias

remuneradas, regulamentação do trabalho da mulher e dos jovens e seguro social. Após a regulamentação do trabalho, as primeiras providências de um serviço social pautado pela dinamização do desenvolvimento econômico foi incorporar as diferenças, unificando-as em uma classe: todos aqueles que não fossem proprietários eram trabalhadores e deveriam comportar-se como tais, habilitando-se corporal e tecnicamente para cumprir sua função. De fato, as primeiras medidas tomadas pelo SESC foram sanar e alimentar a mão-de-obra comerciária, enquanto ao SENAC caberia a especialização e o ensino técnico. Portanto, apesar de ser uma entidade autônoma, o SESC, desde sua fundação, relacionou-se intimamente com as políticas sociais do governo. A expressão jurídica dessa dependência foi a competência dada, na época, ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio para aprovação do regulamento da entidade e fiscalização de seu cumprimento. A parceria continua até hoje, pois, desde então, a Secretaria de Planejamento da Presidência da República (SEPLAN), que posteriormente tornou-se um ministério, tem estabelecido normas orçamentárias a serem seguidas pela entidade; o Ministério do Trabalho e o Instituto Nacional de Seguridade Social participam da composição do Conselho Nacional e dos Conselhos Regionais do SESC, com um

representante em cada um deles, realizando auditorias anuais através do Tribunal de Contas da União.

Para concluir esta apreciação sobre o momento histórico que culminou com a redação da *Carta da Paz Social*, é conveniente lembrar que conclamar à paz, no contexto do pós-guerra, constituía evidentemente uma tendência mundial. Entretanto, também caberia interpretar essa conclamação dos empresários à paz social como um fenômeno nacional, que instaurou um clima de guerra entre os componentes de nossa sociedade. No Brasil, o conflito provocado por trabalhadores datava, como vimos, de fins do século XIX, motivado em primeiro lugar pela abolição da escravatura, que determinou a inserção de mão-de-obra branca e livre em um mercado de trabalho para o qual, devido a características próprias dos caipiras brasileiros, esse grupo violento e isolado do restante da sociedade absolutamente não estava preparado. A alternativa de convocar operários estrangeiros trouxe em seu bojo a experiência sindicalista que os imigrantes lutaram para implementar aqui. Portanto, a paz desejada pelas classes dirigentes não era fictícia; talvez as vantagens do desenvolvimento econômico conseguissem apaziguar os renitentes e incorporá-los à civilização do trabalho...

Com esse intuito, governo e empresários investiram para melhorar o nível de vida dos empregados e, após sua contratação, para habilitá-los a manter o sistema. Uma das maneiras de efetivar a industrialização no país foi, além de capacitar a população para o trabalho, estimular seu afã de consumo para além das possibilidades de um salário mensal. O discurso do líder do comércio João Daudt d'Oliveira, na inauguração do SESC (29/01/1947), explicita claramente essa linha de atuação: "O sentido social do SESC se expressa na elevação do salário real dos comerciários. Desejamos oferecer-lhes não somente serviços que não poderiam obter, mesmo com um grande aumento de salários nominais, impraticável nas condições reais de nossa economia, mas também proporcionar elementos de progresso" (Apud FIORE, 1982:18).

4.SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO [SESC]: DA ASSISTÊNCIA SOCIAL À EDUCAÇÃO, AO LAZER E À CULTURA

Ao completar seu décimo aniversário, o SESC do Estado de São Paulo vinha prestando serviços de cunho nitidamente médico-assistencial, contando com 5 centros sociais na capital e quinze no interior, além da colônia de férias inaugurada em 1948, em Bertiooga, e do Restaurante do Comerciário e do Pensionato para Moças, ambos na cidade de São Paulo.

Os centros sociais ofereciam gratuitamente ao comerciário e seus dependentes atendimento médico e odontológico, incluindo exames de laboratório, fisioterapia e pequenas cirurgias. De acordo com o primeiro relatório de atividades do SESC, a colônia, o restaurante e o pensionato cobravam preços simbólicos e tinham como finalidade proporcionar repouso aos empregados durante as férias, alimentar os comerciários que não tivessem recursos para uma nutrição adequada, ou mesmo abrigar as atendentes vindas para a capital em busca de maiores oportunidades. Diante desse quadro, a situação do comerciário não parecia nada alentadora: "um grande número de jovens comerciários não se alimenta convenientemente, porque não dispõe de recursos para

assegurar ao organismo, ainda em fase de formação, as calorias e vitaminas que a saúde requer" (*Relatório Anual do SESC - 1948; apud ALMEIDA, 1997:43*). Pelo que se pode notar, na época o salário real de um comerciário não garantia sequer sua sobrevivência - alimentação, moradia, saúde e procriação. A preocupação com a posteridade de sua clientela aparece no 1º Plano Geral de Ação do SESC, que determinava atendimento preferencial ao "programa de proteção à maternidade, à infância e à adolescência, procurando-se, dessa forma, o aperfeiçoamento das gerações" (*apud ALMEIDA, 1997:60*).

Em 1949, após a fundação do Serviço de Assistência Médica Domiciliar e de Urgência (SAMDU), um órgão governamental, e do crescimento do Instituto de Aposentadoria e Pensão do Comerciário (IAPC), o SESC inicia a desativação de seus serviços de saúde. Entretanto, seu empenho em garantir a taxa de natalidade da categoria não diminui, pois, em 1958, inaugura em São Paulo uma maternidade considerada modelo (vendida em 1970 para a prefeitura). No mesmo ano o SESC, iniciou um conjunto habitacional na cidade de Suzano, dando mostras de que os problemas de moradia ainda afligiam os empregados do setor.

Posto que o SAMDU e o IAPC encarregaram-se de prestar serviços médicos, acontece, então, a primeira transformação

significativa na linha programática do SESC, com a finalidade de "deslocar o eixo básico de atuação da área da saúde para a área de ação educativa; (...) criticou-se a prática de prestação de serviços gratuitos, decidindo-se por sua substituição pela prática de indenização dos serviços prestados com base no salário e nos encargos de família dos comerciários" (FIORE, 1982:23). A educação profilática havia constado do programa da entidade desde sua fundação, mas na época toma vulto o tratamento médico preventivo realizado em grupos, através de cursos para gestantes, para mães, de higiene etc., em substituição aos atendimentos individuais curativos.

Realizada em 1951, a Primeira Convenção dos Técnicos do SESC preconizou atividades em grupo, em detrimento dos atendimentos individuais, não apenas por uma questão financeira como também por seu fator didático. O programa educativo proposto a partir daí pela entidade poderia ser considerado como uma dinâmica de grupo, uma espécie de treinamento para a integração necessária nas frentes de trabalho, integração essa que, como expusemos no capítulo anterior, nunca caracterizou a mão-de-obra disponível no país. Em 1954, a assistência à saúde consistia em apenas 31,77% dos atendimentos da entidade. Naquele momento, a vocação didática, formal ou informal, associada ao lazer ou à

escola, foi definitivamente assumida pelo Serviço Social do Comércio.

Ao obter sua receita através de outras fontes que não a contribuição patronal, tais como a taxação dos serviços prestados e a substituição dos atendimentos individuais por atendimentos em grupo, percebemos um esforço gerencial para sanear as finanças do SESC sem deter a marcha dos atendimentos, ou seja, ampliar os benefícios sem aumentar os custos.

Nessa nova fase, a educação torna-se a orientação principal do SESC, em parte porque a democracia populista do segundo mandato de Getúlio Vargas e dos presidentes que o seguiram tinha como esteio o voto, e em parte porque nos países subdesenvolvidos havia necessidade de formar tecnicamente a população para capacitá-la a entrar na linha de montagem.

Aqui as determinações governamentais e a tomada de posição do SESC convergiram novamente, posto que na época os analfabetos eram proibidos de votar; por isso, os políticos passaram a demonstrar uma crescente preocupação com a educação popular, promovendo amplas campanhas de alfabetização. Luiz Benedito Libâneo, em dissertação sobre *A Questão do Lazer no SESC*, registra que "já em 1949 realiza-se

no país o Seminário Interamericano de Educação de Adultos, sob o patrocínio do governo brasileiro e da *United Nations Educational Scientific and Cultural Organization* (UNESCO)-, com o objetivo de (...) elaborar uma doutrina nos moldes condizentes com os ideais internacionais em relação à América Latina” (1983:27). Os representantes da UNESCO e da Organização dos Estados Americanos consideravam o analfabetismo um empecilho para o progresso e uma ameaça à paz social, principalmente nas áreas rurais.

No Brasil, bem como na América hispânica, a questão agrária fazia-se premente, sob pressão do campesinato, que ainda não havia sido beneficiado pela Consolidação das Leis do Trabalho, embora já tivesse abandonado a condição de agregado às grandes propriedades rurais. A expressão *bóia-fria*, cunhada nos anos 70, define exemplarmente os trabalhadores diaristas empregados nos momentos de maior intensidade do trabalho agrícola que, após serem despejados das fazendas onde viviam como *rendeiros* e *colonos*, engrossaram a massa do proletariado rural. A situação desse segmento ficou crítica nos anos 50, culminando em 1958 com a criação das *Ligas Camponesas*, ativas em todo o Nordeste. Em 1961, segundo informa o *website* do SESC São Paulo, “em Belo Horizonte, 1600 representantes de trabalhadores rurais realizam o Primeiro Congresso Nacional de Trabalhadores

Agrícolas, reivindicando a reforma agrária e o direito à Consolidação das Leis do Trabalho" (sesc.uol.com.br:1961).

À educação caberia amenizar os conflitos trabalhistas mediante a submissão dos trabalhadores às metas governamentais. Em função desses objetivos, ganham cada vez mais espaço na programação do SESC atividades esportivas e culturais, recreação infantil, jardim de infância, colônia de férias, bibliotecas e cursos, dentre os quais inglês, português, tricô e toda uma gama de prendas domésticas. Os orientadores sociais do SESC eram inclusive enviados às empresas para organizar grêmios recreativos, a fim de criar um ambiente harmônico no setor dos recursos humanos.

Na década de 50 surgiu ainda, no SESC paulista, uma experiência denominada Teatro do Comerciário, que adquiria ingressos de peças de teatro da capital e do interior e repassava-os aos comerciários, através de seus sindicatos. Com essa iniciativa, o SESC garantiu a bilheteria de companhias, como o Teatro Brasileiro de Comédia, que pretendiam instalar no Brasil um modelo empresarial no ramo teatral.

Durante o mandato de Juscelino Kubitschek na presidência da República, iniciado em 1956, aceleram-se a industrialização e o endividamento do Brasil, com a maciça

inversão de capitais estrangeiros. Como sabemos, a expansão industrial visava à substituição de importações, registrando, com o desenvolvimentismo de Juscelino, as maiores altas de nossa história: "indústria de aço (100%), indústria mecânica (125%), indústrias elétricas e de comunicações (380%) e indústrias de equipamentos de transportes (600%)" (FIORE, 1982:45).

Na ocasião, as deliberações do SESC em prol da integração comunitária, tais como apoio a movimentos de cultura popular e movimentos de educação de base, assumiam uma posição de independência em relação às medidas governamentais. Porém, coerentemente com o objetivo fundamental de garantir a paz social por meio da redução de carências do comerciário e de seu aperfeiçoamento cultural, o SESC colaborava, ainda que de forma indireta, para o crescimento econômico do país.

O golpe militar de 1964, por meio de medidas de exceção, como o fechamento do Congresso, cassações de mandatos dos parlamentares e intervenções nos sindicatos, desbaratou as instituições encarregadas de intermediar as relações entre Estado, patrões e empregados. Nessa nova conjuntura, o SESC tornou-se um dos únicos agentes sociais permitidos, com a condição de não infringir as regras do "milagre brasileiro",

caracterizado pela combinação de um extraordinário crescimento econômico com taxas relativamente baixas de inflação. Mas a superestrutura dos êxitos financeiros ocultava a repressão violenta das liberdades individuais e associativas que impelisse os trabalhadores a protestar contra sua pauperização programática, como observa Fiore(1982:74): no período pós-64, "a desarticulação dos movimentos políticos garante a contenção salarial, entendida como indispensável ao controle da inflação, viabilizando o processo de crescimento econômico acelerado".

Em decorrência da compressão salarial, do desemprego e do aumento do custo de vida no período, cai o poder aquisitivo dos assalariados, enquanto o ritmo de produção é cada vez mais intenso, elevando muitíssimo o número de acidentes de trabalho e os problemas de saúde da classe trabalhadora. Segundo o planejamento estatal, as soluções para esses problemas sociais viriam na esteira dos sucessos da política econômica (devemos esperar o bolo crescer para depois cortá-lo em pedaços). Foi preciso, então, conceber estratégias para justificar essa mentalidade. Elas concentraram-se na área da educação não-formal, fora do âmbito escolar, com a implantação de treinamentos técnicos diversificados e instrução não especializada que estimulasse o desenvolvimento da personalidade do trabalhador e seu

reajuste à dinâmica da sociedade. Entretanto, se pesquisadores, como Joffre Dumazedier, afirmam que o aperfeiçoamento cultural e o florescimento da personalidade implicam liberdade de escolha, e desta os brasileiros foram totalmente privados pelo golpe militar, a vacuidade da idéia impediria que ela fosse divulgada e implementada no Brasil. No contexto em que o lazer foi introduzido no país, não havia condições para a livre escolha, mas, por incrível que pareça, a propaganda ditatorial conseguiu introduzir aqui sua noção de lazer.

Sendo desde 1951 prioridade institucional, a ação educativa do SESC não entrou em conflito com a proposta governamental de ensino, na medida em que se dispôs a "atuar educativamente junto às próprias populações urbanas, interpretando o empenho governamental pelo desenvolvimento e motivando sua clientela para dele participar" (*Convenção Nacional de Técnicos/1969; apud FIORE, 1982:77*). Nos anos 70, o SESC engaja-se também na educação formal dos comerciários e seus dependentes, realizando cursos supletivos e educação básica para adultos (MOBRAL), em conjunto com outras entidades e órgãos governamentais, além de enviar seus técnicos ao Projeto Rondon. Em 1967, antes mesmo do enrijecimento da ditadura militar, a inauguração do Centro Cultural e Desportivo do SESC na cidade de São Paulo (atual

SESC Consolação) foi prestigiada pelo Marechal Costa e Silva, então presidente da República. Este complexo de instalações esportivas, sociais e culturais indicava a tendência de maior implemento do lazer, o que caracterizou a entidade a partir dos anos 60.

Em 1969, o SESC realizou em São Paulo o seminário *Lazer para uma Cidade que Trabalha*, com a participação de especialistas de todo o país, o primeiro de muitos eventos sobre o tema a partir de então. Apesar da continuidade de campanhas educativas formais, em 1973 o lazer assumiu definitivamente posição de destaque, com a aprovação das Diretrizes Gerais de Ação do SESC. O documento estabelecia como prioritárias as atividades de lazer (férias, fins-de-semana, cultura, recreação e esporte) e de nutrição. Mantiveram-se, como dissemos, os programas educativos e alguns dos itens ligados à saúde (assistência odontológica, medicina preventiva, exames periódicos).

A própria história oficial do SESC, publicada no cinquentenário de sua criação, admite que "a adoção do campo do lazer trouxe, do ponto de vista da metodologia de ação, uma alteração fundamental no perfil de trabalho da entidade. Todas as propostas educativas anteriores, centradas na educação social, na vida em grupo e na participação

comunitária, assentavam-se sobre a idéia de que só era possível transformar as pessoas, e a realidade em que viviam, através de sua inserção nos processos sociais"; entretanto, "a mudança política trazida pelo regime militar já havia inviabilizado qualquer iniciativa que pudesse transpirar, ainda que timidamente, preocupações educativas muito explícitas nos processos sociais" (ALMEIDA, 1997:88,89). Sintomaticamente, a antiga denominação de "orientadores sociais" aplicada aos técnicos do SESC é então substituída por "animadores culturais". Consagrando o lazer como campo prioritário de atuação, o SESC antecipava-se em relação ao Estado, que não reconhecia a autonomia do setor, pois o classificava como competência do Ministério da Educação e do Desporto.

A partir de então, o lazer sócio-educativo assumido pela instituição concorreu para a formação das mentalidades e para a criação de valores que harmonizassem a sociedade, em função de metas econômicas estabelecidas pelo governo. Assim, a incompatibilidade entre a linha sócio-educativa adotada pelo SESC durante a década de 60 e as medidas tomadas pelo regime militar foi solucionada com a opção pelo lazer de massa, capaz de preparar as multidões de trabalhadores para uma convivência harmoniosa, sem as desvantagens que acompanharam o período anterior ao golpe de 1964, tais como a grande

paralisação operária chamada "greve dos 700 mil", que, em 1963, conquistou 80% de aumento para os salários, e a escalada da inflação, cujo índice anual passou de 26,3%, em 1960, para 54,8%, em 1962.

Quando a economia internacional entrou em recessão por causa da crise do petróleo, a política do presidente Geisel também não abriu mão do crescimento, caracterizando-se pela continuidade da aquisição de maquinário de grande porte e pelo investimento em fontes de energia, para movimentá-lo, como a construção de Itaipu e o programa de substituição do petróleo pelo álcool.

Em 1981, no entanto, no governo Figueiredo, teve início um processo recessivo, que deteve a velocidade desses megaempreendimentos. A ilusão de prosperidade brasileira não podia sustentar-se com a escorchante taxa de juros da dívida externa, que provocou achatamento de salários, desemprego, e conseqüentemente, um decréscimo da receita compulsória mantenedora do SESC. Após a moratória decretada pelo México, em 1982, o Brasil, sob pressão dos credores externos, preferiu recorrer a um acordo com o Fundo Monetário Internacional, por meio das chamadas Cartas de Intenções, cujo principal efeito foi limitar reajustes salariais. Calcula-se que o declínio de renda em 1983 foi mais grave do

que o ocorrido nos anos seguintes à crise de 1929. Entende-se, assim, por que o presidente Figueiredo tirou das mãos da oposição uma de suas principais bandeiras, a luta pela anistia: fazia-se necessário conceder algumas compensações à população espoliada.

Em 1982 inaugura-se, com o SESC Pompéia, um novo conceito de espaço cultural: a transformação de uma antiga fábrica de geladeiras em centro de lazer é significativa quanto ao impulso que a cultura, o esporte e a recreação ganham no que tange à paz social, e emblemática, quanto à submissão de todas as instituições sociais aos onipotentes valores do lazer. Por razões que assinalamos nos capítulos anteriores, as esperanças depositadas no trabalho, quando do advento da industrialização no Brasil, frustraram-se; assim, o lazer toma literalmente o lugar da fábrica.

Para adquirir e desenvolver o *know-how* relativo ao lazer, em 1976 o SESC São Paulo trouxe ao país o sociólogo francês Joffre Dumazedier, a quem já nos referimos, e patrocinou a ida de seus funcionários para especialização na École Normale Supérieure, de Paris. Naquele momento, dentre os conteúdos de lazer, o conceito de vivência cultural ganha destaque no SESC, principalmente no que se refere à cultura popular, de largo alcance. Como afirma o próprio Dumazedier,

em seu livro *Lazer e Cultura Popular*, a participação na vida cultural “entra pois em concorrência permanente e direta com todas as outras atividades de lazer e em especial com as ligadas ao descanso e à recreação” (1973:142). No SESC, a cultura saiu ganhando, pois havia algum tempo seus técnicos denominavam-se animadores culturais; aos eventos como *Natal na Cultura Popular*, festejado na praça da Sé em 1981, seguiram-se os projetos *Dança na Cultura Popular*, *Música na Cultura Popular*, e exposições, como *Caipiras, Capiaus: Pau-a-Pique*, realizada no SESC Pompéia em 1986. Assim, o I Plano de Ação do SESC, de 1986, defendeu a democratização do acesso à cultura como campo principal de atuação, ao lado dos cuidados com a saúde. Essa postura foi reiterada durante os anos 90 e no início do novo milênio, quando “o SESC elegeu três diretrizes programáticas que passaram a orientar sua ação em São Paulo: Ação Cultural voltada à Formação da Cidadania, Distribuição Social da Cultura e Excelência de Serviços” (ALMEIDA, 1997:113-114). A experiência com o lazer cultural vem tendo grande êxito, tanto em termos de público quanto em termos de divulgação em torno do SESC.

5.PROJETO CURUMIM: DE SUA CONCEPÇÃO ATÉ O MOMENTO ATUAL

Especificamente em relação à recreação dos filhos de comerciários, a porcentagem de atendimentos no SESC permaneceu inexpressiva até 1960, quando os centros infantis

iniciaram atividades dirigidas não somente a crianças em idade pré-escolar, como também àquelas de sete a dez anos. No mesmo ano, o escotismo e o bandeirantismo são incorporados à agenda do SESC. A partir de 1968, o Teatro Anchieta, localizado no atual SESC Consolação, desenvolveu o projeto "A Escola Vai ao Teatro", mobilizando milhares de estudantes de ensino médio e fundamental. De meados dos anos 60 até os anos 80, as Unidades Móveis de Orientação Social (UNIMOS), que percorriam o território paulista em caminhonetes, para levar atividades do SESC às cidades onde não havia uma unidade instalada, promoviam as *Manhãs, Tardes e Noites de Recreio*, envolvendo a população do local, inclusive a infanto-juvenil, em grandes eventos culturais e esportivos. O êxito da iniciativa fez com que as *Manhãs de Recreio* fossem incorporadas à programação das unidades fixas do SESC. Na mesma época, também em conjunto com escolas, realizavam-se estudos do meio em um protótipo de cidade instalado no SESC Interlagos, atraindo centenas de milhares de jovens, e surgiu o Miniesporte, voltado para a prática esportiva, com regras e dimensões adaptadas ao público infantil. Tais iniciativas congregavam enorme quantidade de crianças, sendo, portanto, adequadas aos espaços concebidos pelo SESC para comportar multidões de comerciários, seus dependentes e usuários - matriculados ou não. Com a grande afluência de pessoas, o

SESC legitima perante a sociedade a sua própria existência e a contribuição empresarial que mantém a entidade.

Sempre com essa perspectiva de expansão, foi inaugurada, em 1988, a nova unidade do SESC Taubaté, cuja planilha de atividades infantis pautou-se pelo projeto Curumim. Concebido dois anos antes pela sede estadual, para atender crianças de sete a 12 anos, o Curumim buscava um meio termo entre a ação contínua, de pequeno alcance, e os eventos informais, que garantiam alta freqüência e a utilização de todas as instalações. Embora não tivesse o mesmo impacto propagandístico dos eventos de massa, os quais serviam grandemente para divulgar resultados obtidos e justificar junto ao grande público as despesas do SESC, o Curumim vinha atender a uma pressão social por ações efetivas em prol da criança carente.

Sem alternativas afora a escola pública, e esta em processo de sucateamento que beneficiaria a educação privada, a situação da criança carente não podia ser pior. Para se ter uma idéia, em 1991 o Movimento Nacional dos Meninos de Rua denunciou que, entre março e agosto de 1990, haviam sido assassinadas 457 crianças e adolescentes nas ruas de São Paulo, Rio de Janeiro e Recife. A média nacional, ainda em

1991, foi de três jovens mortos por dia, a maior parte deles sem ficha criminal, desarmados e não-usuários de drogas.

Por sua vez, as políticas públicas visando à criança carente seguiam, na ocasião, o Código de Menores de 1979, que, segundo Edson Passeti, "explicitou a estigmatização das crianças pobres como 'menores' e delinqüentes em potencial". Com o início da abertura política, no final do regime militar, diversos segmentos começaram a exigir a revisão imediata do código, o que se efetivou devido à forte pressão exercida por movimentos sociais durante a Assembléia Constituinte: "a Constituição de 1988 expressou o fim da estigmatização formal pobreza-delinquência e pôde-se pensar, então, no novo Estatuto da Criança e do Adolescente. Abandona-se definitivamente o termo 'menor', carregado de preconceitos e interdições" (PASSETTI, 1999:364). Essa reforma preparou o terreno para o Estatuto da Criança e do Adolescente, lançado em 1990, que enfatizou a importância da educação na formação do futuro cidadão.

O Plano Integrado de Desenvolvimento Infantil (PIDI), elaborado em 1986 pelo SESC do Estado de São Paulo, foi pensado para preencher as lacunas, quando não para enfrentar a franca oposição policial, por exemplo, de políticas oficiais com relação a crianças e adolescentes. A inserção

escolar não oferecia aos jovens garantias de inclusão social, pois não se mostrava capaz de competir com a premência pelo trabalho precoce, a delinqüência ou a repressão policial pura e simples. Vimos ainda que o crescimento da economia brasileira não implicou aumento ou manutenção de empregos; igualmente, os serviços públicos como saúde e educação não acompanharam a relativa prosperidade trazida pelo ingresso do país na era da industrialização.

O censo de 1980 verificou que quase metade da população brasileira (49,6%) era constituída de pessoas com menos de vinte anos; as crianças entre 5 e 14 anos representavam cerca de 1/4 do total de habitantes. Na ocasião, calculou-se que 95% de cada geração chegava a matricular-se no ensino fundamental; "esse dado é aparentemente positivo, diz Bóris Fausto(1999:544), mas acontece que as taxas de repetição e em menor grau de abandono são muito elevadas. A inadequação da escola às camadas pobres da população e a pressão das necessidades sociais levam essas camadas, quando muito, a completar o 1º grau [hoje, ensino fundamental]". No censo de 1990 houve um pequeno decréscimo da porcentagem, (42,52%) com menos de vinte anos, mas ainda é um número significativo, e o número de habitantes entre 5 e 14 anos continua em torno de ¼ do total de habitantes (22,27%). Devido principalmente a medidas recessivas posteriores a 1980, como o congelamento de

salários do funcionalismo, o desvio legal ou o corte de verbas destinadas à educação, pode-se dizer que as dificuldades com a balança de pagamentos e os acordos com o FMI iniciados na década de 80 geraram um estado de penúria na rede pública. A maioria dos jovens ficou privada de um ensino de qualidade mínima, e, provavelmente de qualquer tipo de educação. Considere-se que, em 1984, a classe pobre (com renda superior a 1 salário mínimo, até 2), a classe indigente (superior a 1/2 salário, até 1) e a classe miserável (até 1/2 salário) correspondiam a 61,2% da população brasileira e que não podiam dispensar a mão-de-obra dos filhos para enviá-los à escola, quanto menos pagar um centavo sequer por sua educação.

Nesse contexto, o SESC propõe-se a intervir para garantir a inclusão social da maioria jovem da população brasileira. No prólogo ao PIDI, Danilo Santos de Miranda, diretor regional do SESC, salienta que a modificação da faixa etária de sua clientela infantil teve em vista ampliar o número de atendimentos sem competir com a rede de estabelecimentos públicos e particulares de educação pré-escolar. Outra razão para desativar o jardim da infância foi: "aquela modalidade de trabalho havia se tornado demasiado onerosa em face de sua limitada capacidade de atendimento e, ao mesmo tempo, por suas próprias características, tornara-se

também elitista, na medida em que um pequeno número de crianças constituía a clientela 'cativa' por dois ou três anos seguidos" (PIDI, 1986:8). Isso porque as instalações de grande porte inauguradas pelo SESC nos anos 70 careciam de utilização plena nos momentos em que os adultos estavam ocupados. Ou seja, de acordo com as regras empresariais que submetem o SESC, desde a sua fundação, ao planejamento econômico adotado pelo governo federal, os custos dessas obras precisavam ratificar-se mediante a utilização de todo o potencial das instalações.

A partir desse plano foi criado o projeto Curumim. Ele consiste em atividades desenvolvidas por todas as unidades do Estado de São Paulo, de fevereiro a dezembro - com folga em julho - durante as tardes da semana, para crianças de sete a 12 anos, de preferência filhos de comerciários de baixa renda, e eventualmente, outras crianças. Na programação especial de férias e fins-de-semana, há maior flexibilidade quanto à idade básica e ao horário, bem como à participação de outros segmentos socioeconômicos.

Como foi dito, o projeto compreende um conjunto de atividades permanentes e especiais, mas também consta de um setor de apoio, responsável pelo fornecimento de lanches, por exames médicos e atendimento odontológico aos participantes

da seção permanente; esta abrange iniciação aos esportes, música, teatro, dança, artes plásticas e estudos do meio (relações com a sociedade, a natureza, a ciência e a tecnologia). Segundo o PIDI, a programação especial foi concebida para atender aos jovens que trabalham e por isso não podem freqüentar as unidades durante a semana; contempla também as férias escolares, quando se promovem festivais, campeonatos e excursões; e atividades eventuais, como feiras, shows, teatro, cinema, exposições.

Durante a semana são admitidos, no caso do SESC Taubaté, cerca de 100 participantes, organizados em grupos e monitorados por quatro técnicos, um estagiário e uma coordenadora. Toda a programação do Curumim é gratuita, inclusive lanches e passeios. Os grupos são divididos de acordo com a idade dos componentes, havendo diferenciação metodológica e continuidade progressiva entre eles, conforme as seguintes características básicas observadas nas diversas fases da vida infantil: 7 anos - reflexão; 8 anos - expansão; 9 anos - automotivação; 10 anos - crítica; 11 anos - inquietação; 12 anos - companheirismo. (PIDI, 1986:10)

Desde a sua criação, o projeto Curumim teve como finalidade facilitar o processo de socialização e estimular a autonomia da criança. Essa tensão também caracteriza o lazer

adulto, em seu empenho para dar ao indivíduo condições de exercer a livre iniciativa sem provocar, com isso, uma ruptura no tecido social. O PIDI, que é uma espécie de estatuto do projeto Curumim, reconhece que a família, a escola e os órgãos de assistência se revelaram insuficientes para suprir as carências infantis. Como o SESC poderia sobrepujar essas instituições em seus esforços para formar o cidadão da sociedade industrial? Ao mesmo tempo, como educar sem reproduzir a estrutura escolar?

Os pais e mães que trabalham necessitam de um lugar para deixar seus filhos; esse lugar, para ser atraente, precisa oferecer opções constantemente diversificadas para não cansar seu público-alvo, coisa que a escola pública não teve condições materiais de fazer, porque as políticas governamentais abdicaram de investimentos na área da educação. Portanto, a atitude tomada pelo SESC paulista para cativar a criança tem sido oferecer serviços os mais variados possíveis, sem olvidar as premissas desenvolvimentistas que pontuam sua história. Por isso, prega o PIDI: "as grandes transformações sociais, tecnológicas e culturais que se operam em nível da sociedade não podem ficar à margem de uma ação voltada à formação das crianças. Torna-se de fundamental importância, portanto, além das atividades 'clássicas' de desenvolvimento físico e de expressão sensível, a introdução

de conteúdos que permitam à clientela infantil uma compreensão mais ampla, e principalmente mais contemporânea da sociedade em que vive. Temas como meio ambiente, ciência e tecnologia, sociedade, economia, cultura, dentre outros, devem necessariamente ser objeto de especial atenção para a renovação da ação técnica" (PIDI, 1986:10). Para conciliar objetivos aparentemente opostos relativos à criança, quais sejam, educar e divertir, o SESC utilizou sua experiência com os adultos, já que a partir de 1970 o lazer substituíra com sucesso a assistência médica e a educação formal. Os próprios sociólogos do lazer a que nos referimos admitem que hoje todas as instituições sociais, inclusive a escola e a família, estão permeadas de valores do lazer.

O lazer entendido como educação permanente continua fundamentando as ações do SESC, conforme consta do Relatório Anual de 1999: "nos tempos atuais, o SESC está ajustando novamente suas políticas e ações nacionais aos anseios de seus usuários. (...) Tudo se baseia em um novo conceito de educação permanente, inovadora e propositiva" (*Website* do SESC nacional). Mas naquele ano manifestou-se um grave problema nas finanças da entidade: escritórios de arquitetura, serviços de limpeza e de segurança privada começaram a entrar com recursos na justiça para não recolher a contribuição mantenedora do SESC. Some-se a isso a lei

9.315, que instituiu o "Simples", que desobriga as empresas que faturam até R\$ 1.200.000,00 por ano a recolher para o "Sistema S". Por isso, de 1998 para 1999, a contribuição compulsória patronal de todo o comércio brasileiro, após anos de estabilidade, decaiu mais de 15%, com uma perda de R\$ 52.258.069,07. As empresas de serviços alegam que não se enquadram na categoria do comércio, mas a maioria dos processos movidos por elas têm sido indeferidos. Em âmbito nacional, as despesas orçamentárias de 1999 totalizaram R\$ 820.409.632,58, dos quais R\$ 286.487.431,99 são recursos obrigatoriamente repassados pelos comerciantes sobre 1,5% da folha de pagamento, e os demais dois terços são arrecadados com a taxação dos serviços prestados. No Estado de São Paulo, o montante das perdas na receita do Serviço Social do Comércio, de 1998 para 1999, foi de R\$610.650,00 A administração regional tomou sérias medidas para a contenção de gastos, dentre as quais abolir o orçamento suplementar concedido às unidades, quando estas extrapolavam suas despesas, além de adiar novos e onerosos projetos e diminuir o ritmo da construção de outras unidades. Os responsáveis pela contratação de serviços de terceiros e pelo pagamento dos cachês de artistas foram orientados a renegociar os preços costumeiros e as propostas recebidas. Em 2000, até mesmo todos os gerentes e chefes administrativos e de

manutenção do Estado passaram por um treinamento de negociação de preços. Serviços gratuitos passaram a ser cobrados, tais como o uso do estacionamento, com o qual o SESC Taubaté arrecada, por mês, o suficiente para saldar seu seguro patrimonial. Com isso, as finanças do SESC paulista, no ano 2000, tiveram um superávit de R\$ 60.919.734,58; no entanto, embora a entidade não tenha suprimido nenhum projeto existente e todos os salários e reajustes dos funcionários tenham permanecido iguais, a classe artística, já debilitada, por sua condição instável de contratação por empreitada e por não ter uma política estatal de incentivo à produção artística, tendo no SESC uma das únicas oportunidades de trabalho remunerado, foi atingida pelas medidas de contenção de gastos da entidade. A situação de artistas e técnicos, como se sabe, assemelha-se à do trabalhador da construção civil, que, contratado para fazer um prédio, quando termina a obra não tem perspectiva de serviço nem direitos trabalhistas. Nossos artistas sequer conseguem ser remunerados como esses operários, pois, em geral, trabalham por amor à arte. Assim, em alguns casos, o SESC consistia em opção exclusiva de trabalho remunerado para a classe artística brasileira.

A partir da utilização do conjunto dessas medidas, o SESC equilibrou seu orçamento e assumiu uma ótica mais empresarial.

No SESC Taubaté, as despesas orçamentárias somam atualmente R\$ 2,4 milhões anuais: R\$ 1,6 milhão são subsidiados e R\$ 800 mil advêm da cobrança de matrículas, alimentação, turismo, ingressos e cursos. Na divisão da receita desta unidade, ao Curumim foram destinados, em 1999, menos de 2,5%, ou seja, R\$ 60 mil, para pagamento de material de consumo e serviços de terceiros (pessoas físicas e jurídicas). Esse montante refere-se tanto à programação permanente quanto aos eventos especiais realizados durante os fins-de-semana. Não estão incluídos no orçamento os salários e, por isso, não foram contabilizados.

Há viabilidade para a implantação deste projeto em outras empresas, contanto que possuam instalações análogas às do SESC Taubaté e que lhe seja destinada aproximadamente a mesma porcentagem de orçamento. Os resultados junto aos dependentes dos empregados da empresa e junto à população carente da região em que ela se localiza são altamente positivos, na medida em que existem creches para a faixa etária anterior àquela que o Curumim abrange, mas há poucas alternativas gratuitas para crianças de sete a 12 anos.

A partir de depoimentos dos participantes da programação permanente do projeto Curumim no SESC Taubaté, podemos conferir os resultados obtidos pelo projeto junto aos filhos de comerciários e aos demais inscritos. Foram entrevistadas crianças de ambos os sexos e de todas as faixas etárias (7 a 12 anos).

As dez crianças entrevistadas foram escolhidas aleatoriamente; quatro dentre elas moram no mesmo bairro em que se localiza o SESC Taubaté, e as demais habitam as cercanias. Cinco têm pais separados; três famílias ganham de três a quatro salários, e quatro famílias recebem mais de cinco salários mínimos. Quatro mães trabalham, e todos os pais estão empregados.

6. Metodologia

Para comprovar e exemplificar a pesquisa bibliográfica realizada, principalmente com as obras dos autores Domenico de Masi e Jofre Dumazedier entre outros que abordam a questão do Lazer, foram adotados os seguintes procedimentos.

Foram entrevistadas dez crianças freqüentadoras do projeto aleatoriamente. Isto significa 10% da população atendida na unidade de Taubaté. As crianças foram:

Juliana, 11 anos

Camille, 8 anos

Ludmila, 10 anos

Júlia, 11 anos

Alan, 8 anos

Felipe, 12 anos

Leonardo, 9 anos

Marlon, 9 anos

Jéssica, 7 anos

Celso, 12 anos.

Apesar de haver exemplos de todas as idades atendidas, houve uma predominância da faixa etária próxima ao limite, que é de doze anos, pois as diferenças entre os objetivos das instituições Escola e Curumim podem ser compreendidas com melhor clareza. E também por que a vivência do projeto acentua o significado de lazer nos participante com maior idade, e desta forma é mais fácil detectar a diferenças com o labor infantil, inclusive porque a preocupação com o trabalho está mais presente.

Outro ponto que foi levado em consideração foi a angústia criada pela proximidade de interrupção do projeto e o que é gerado por isto.

As entrevistas foram realizadas no horário de funcionamento das atividades do Curumim, que é de terça a sexta das 14 as 15:30, para não criar expectativa nos entrevistados. Foi utilizado gravador por ser um meio mais

rápido, e desta forma recomendável para com o público infantil e as perguntas foram informais.

Depois de transcritas as entrevistas foram analisadas qualitativamente quanto ao conteúdo do trabalho, sendo citados exemplos de pontos levantados na teoria e detectados na fala das crianças.

7. ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

Quatro crianças da enquete cursam a mesma escola (pública), e todas as outras também estudam em colégios públicos; grande parte dos integrantes do Curumim tomou conhecimento do projeto por meio de professores ou colegas de escola, caso de Juliana, de 11 anos: "foi pelos meus colegas que eu fiquei sabendo [do Curumim], colegas de escola."

O SESC funciona como uma extensão do período escolar, para aqueles que já não têm idade de estar em creches, porém que precisam de atenção em tempo integral, como atesta Camille, de 8 anos: "Eu entrei no ano passado (2000). A filha da patroa da minha mãe, antes, ficava aqui. Antigamente eu ficava na creche".

De fato, quatro crianças freqüentam o Curumim basicamente porque necessitam de cuidados enquanto seus pais e mães dedicam-se aos empregos, como podemos notar pela entrevista de Ludmila, de 10 anos: [eu] ficava em casa assistindo à televisão. Minha mãe achou que entrar para o Curumim seria melhor para mim e para ela também. Ela trabalha o dia inteiro e não vai almoçar, daí ela falou: 'Vem para o Curumim, que é melhor para você e para mim também, porque eu trabalho o dia inteiro e daí você não fica sozinha'. Daí eu vim para o Curumim."

Juliana salientou que sua mãe "trabalha também. Então ela chega em casa e descansa de tarde, porque se a gente estiver em casa ela não descansa, porque a gente quer ficar com ela, né? Porque quase a semana inteira a gente não vê ela, então tem que ficar com ela um pouco. Meu pai dorme porque ele trabalha no período da noite, então eles gostam

que a gente esteja aqui e não gostam porque a gente não está lá.”

Duas crianças têm no SESC a atenção que as mães não poderiam suprir, embora não trabalhem fora, pois suas famílias são muito numerosas e a renda é parca, não havendo condições nem mesmo para uma alimentação adequada (casos de Júlia, de 11 anos, que tem seis irmãos e renda familiar de quatro salários mínimos, e de Alan, de 8 anos, que tem quatro irmãos e renda familiar de dois salários: ambos declararam gostar muito do lanche servido diariamente).

Três meninos ingressaram no Curumim porque se sentiam muito isolados e tinham dificuldades em socializar-se, razões pelas quais a professora de Alan (“a professora Cibele”) o encaminhou ao SESC, a mãe de Filipe, de 12 anos, inscreveu seu filho no projeto, e a sugestão de um amigo fez com que Leonardo, 9 anos, procurasse o Curumim. Camille, Juliana e Ludmila, além de contar com os cuidados do SESC enquanto as mães trabalham, alegaram que, antes de ingressar no projeto, limitavam-se a passar o dia vendo televisão, como também o fazia Filipe: “[eu] ficava mais em casa assistindo à TV, eu era muito trancado, saía só para brincar um pouquinho na rua, aí minha mãe me colocou aqui. Aí teve uma época que eu fiquei com uma doença e saí do Curumim, depois voltei de novo.”

Enfim, todos os filhos de pais separados antes de entrar para o Curumim mostraram tendências ao isolamento, ao desânimo e a assistir ininterruptamente à televisão, como observa Camille: "Antigamente eu ficava na creche, daí meu pai e minha mãe foram separados e minha mãe estava vendo que eu estava muito triste, daí ela me colocou no Curumim."

Marlon, de 9 anos, e Jéssica, de 7, freqüentam o SESC basicamente porque têm vontade de brincar, tal como declarou a menina: "no SESC eu me divirto com a turma, faço exercícios e brinco aqui, né? Na escola eu já estudo, brinco um pouco na hora do recreio, e em casa eu me divirto com as minhas bonecas."

Com isso percebe-se que a criança nota nitidamente a diferença entre o Curumim, a escola e sua casa, preparação para o trabalho e o lazer, folga depois das obrigações, pontos essenciais do estudo apresentado. Todas elas salientam que a diversão e a recreação são os diferenciais do SESC. Júlia aprecia os brinquedos que o Curumim proporciona e que a mãe não pode comprar: "gosto [do Curumim] porque a gente chega e aí tem algumas brincadeiras com brinquedos que muitas vezes as mães não podem comprar (...); aqui a gente aprende a brincar, na escola a gente fica só escrevendo e é um pouco chato. Aqui a gente aprende e pode ajudar os outros também."

Celso, 12 anos, diz que é obrigado a ir à escola, mas ao SESC vem por livre e espontânea vontade, uma das condições básicas do lazer; Filipe considera que o Curumim torna a mente mais aberta, inclusive para os estudos. Para Juliana, o Curumim é um bom lugar para passar o tempo. Camille acha que no Curumim os professores "são mais legais" do que na escola, e Marlon considera que "na escola a gente pode aprender as coisas mais rápido, tem provas difíceis para passar da 3ª para a 4ª, só que no Curumim eu acho mais legal. Sabe por quê? Porque tem professores legais, muita brincadeira."

Em geral, os meninos preferem as atividades esportivas e as brincadeiras, enquanto as meninas têm mais interesse em oficinas de artes. Celso, por exemplo, diz que "no Curumim você pode fazer muitos amigos e pode conversar sobre vários assuntos que são colocados na roda e que você pode usar na escola. Aqui eu gosto de tudo, mas meu preferido é o esporte". Filipe, inclusive, declara não gostar de ficar quietinho em oficinas, pois prefere futebol e outros esportes. Juliana, por sua vez, declara: "eu gosto mais de artesanato, pintura, essas coisas, porque eu sou assim bem ligada a essas coisas de mexer com artes, eu gosto mais."

Como foi dito, Júlia faz referência ao lanche e Alan declara que, no Curumim, prefere "o lanche. E ficar correndo

aqui no SESC, ficar correndo. Quando é horário livre, eu fico correndo aí no SESC." Nota-se que, apesar de carente de necessidades básicas tais como a alimentação, Alan reconhece que, para além de quaisquer premências, o Curumim lhe proporciona a oportunidade de exercer sua liberdade, outro ponto essencial do lazer.

Celso, apesar de preferir esportes, aprendeu no SESC a fazer colares e tentou vendê-los: "eu já aprendi a fazer colares que dei para minha mãe, mas ainda não vendi nada do que eu fiz."

A mesma preocupação com as finanças foi demonstrada por Marlon, que, quando completar doze anos, pretende passar as tardes trabalhando na oficina mecânica do primo; Filipe, também próximo da idade-limite de admissão no Curumim, pretende começar brevemente um "curso de computação (...). Se surgir uma oportunidade de trabalho, eu pretendo tentar."

A esse respeito Juliana declarou: depois de concluir o Curumim "eu pretendo estudar até terminar a escola e aí seguir a minha vida na minha carreira profissional. Eu pretendo fazer vários cursos, de artesanato também."

Constata-se um vínculo maior com o trabalho principalmente nas crianças prestes a cumprir o prazo de permanência no Curumim, o que evidencia a necessidade de

contribuir no orçamento doméstico, e em última instância, de prover o próprio sustento. Os caminhos que os levarão a entrar no mercado de trabalho passam, no caso de Juliana, pela consecução de todas as etapas da educação formal, complementando-as com cursos de capacitação ou atividades paralelas, como artesanato, que poderiam proporcionar-lhe ganhos alternativos, além de satisfação pessoal. Percebe-se na resposta de Filipe, a importância, para obter uma colocação empregatícia, de entrar em contato com a informática. Por sua vez, Marlon espera, ao completar a idade-limite para ingresso no Curumim, conseguir um serviço técnico que não demande formação específica, pois é uma tarefa que um de seus familiares poderia ensinar: "vou estudar, brincar com meus amigos, trabalhar com meu primo na oficina, ter um serviço para ajudar minha mãe, meu irmão."

A infância no SESC, como podemos ver, não está isenta de preocupações com a sobrevivência, pois participa da grande maioria da população brasileira que, como foi indicado em capítulo anterior, não pode dispensar a mão-de-obra infantil e adolescente para a manutenção da família. Os dados dessa pesquisa endossam essa hipótese, porque três dos dez entrevistados têm renda familiar de até dois salários mínimos, três têm renda de até quatro salários e todos eles estudam em escolas públicas. Portanto, o trabalho tem forte

influência na perspectiva imediata da vida dessas crianças, pois ele é a finalidade do ensino formal (escolar) e da formação continuada que nos atualiza em relação aos progressos tecnológicos, como os cursos de informática. Mas essas crianças também se dão conta de que há alternativas informais para conseguir trabalho e renda; são esquemas paralelos que independem de instituições oficiais, serviços aos quais parentes e amigos tratam de encaminhá-los, tais como ser aprendiz de mecânico por intermédio de um primo, solução apontada pelo menino Marlon. Até porque o mercado de trabalho já não pode ser pensado como uma esfera de expansão ilimitada, "simplesmente porque nele não poderia haver espaço para todos".(GENTILI, 1998:89)

Mesmo a diminuição de vagas no mercado de trabalho e o desemprego crônico em que hoje vivem quase 85% da população mundial (dados fornecidos por Domenico de Masi; in 2000: 128), também manifestam-se nos comentários dos participantes do Curumim, em especial no de Júlia: "Eu aprendi [com o censo] que vai uma pessoa de casa em casa para saber quantas pessoas moram; eu achei uma injustiça, porque se descobre que tem gente que não tem trabalho e não tem nada."

Verifica-se também, no cotidiano das crianças que freqüentam o Curumim, uma forte tendência a transpor para a

família e amigos os conhecimentos ali adquiridos, principalmente com relação às atividades artesanais e culinárias, incentivando assim a prática da retransmissão de saberes. Júlia e Leonardo gostaram de uma gelatina e de um bolo feito no Curumim e tentaram fazê-los em casa, embora para a menina este tenha sido um momento mais lúdico do que culinário: "na hora de usar o liquidificador eu não coloquei a tampa e aí espalhou tudo". Já a pequena Jéssica, que frequenta o projeto há dois meses, conseguiu ensinar a confecção de máscaras ao primo e ao irmão: "eu ensino para o meu primo, que é meio chatinho, eu ensino para ele. E a máscara que eu fiz, eu ensinei para o meu irmão, porque ele não veio no dia da oficina". Na roda de conversas que abre as atividades do Curumim, Júlia ouviu falar pela primeira vez a respeito do censo demográfico.

Discerne-se ainda nesses depoimentos a importância da recreação livre, que proporciona à criança o espaço e o tempo para exercer sua vontade, e da recreação dirigida, que amplia o leque de conhecimentos da criança para além de meios de educação formais, tais como a escola e a família, e lhe dá oportunidade para entrar em contato com outras formas de lazer, pois antes do ingresso no SESC a maioria delas tinha como única opção de lazer a mídia televisiva.

Algumas das respostas nos fazem notar que o Curumim também dá lições de cidadania, como observou Ludmila: "aprendo coisas como não ficar brigando com os outros, a ser amigo, não ficar empurrando na hora do lanche, não tirar o boné, coisas assim, o básico."

A formação da cidadania e as atividades recreativas não implicam excluir da agenda do Curumim os trabalhos manuais, que durante muito tempo foram o apanágio da infância, principalmente das meninas brasileiras. De fato, em seu depoimento Camille se lembra de que, antes de entrar para o Curumim, costumava bordar: "Eu bordava, brincava lá também, ia no parquinho, fazia várias coisas também. As professoras da Escola Irmã Amália, onde eu estudava antes, me ensinavam a bordar". A título de curiosidade, citamos o livro de Zélia Gattai, *Anarquistas, Graças a Deus*, em que as freiras pedagogas limitavam-se a ensinar bordado à autora, negligenciando o ensino formal, porque, segundo a avaliação das autoridades de ensino daquela época, as meninas pobres necessitavam aprender um ofício rentável, e não abstrações. "Irmã Calixta mostrou-se interessada em meus conhecimentos na arte de bordar. 'Sabe bordar?' Não. Eu não sabia bordar. 'Pois vai aprender. Tem vontade de aprender?' as alunas, debruçadas, olhos fixos sobre finas cambraias, bordavam para as freiras, que recebiam encomendas, muitas

encomendas...Durante um ano, freqüentei a escola nos fundos do "Des Oiseaux". Depois, me cansei de bordar para as freiras"(GATTAI, 2000:420). Mas hoje o momento histórico é outro; não se consideram as atividades manuais como única alternativa de formação para crianças carentes e para futuras donas-de-casa. Aliás, o artesanato e a arte desempenham um papel significativo no desenvolvimento das crianças. Para a criança, a arte constitui primordialmente um meio de expressão. "A criança é um ser dinâmico, para ela a arte é uma comunicação do pensamento. Vê o mundo de forma diferente daquela como o representa e, enquanto desenvolve, sua expressão muda".(LOWENFELD-BRITTAIN,1977:19). A experiência artística "proporciona a oportunidade de aumentar a capacidade de ação, de experiência, de redefinição e a estabilidade que é necessária numa sociedade prenhe de mudanças de tensões e incertezas".(LOWELFELD-BRITTAIN,1977:33) Daí a valorização das atividades manuais no currículo do Curumim, o que encontra ressonância positiva nas respostas de todos os entrevistados, tanto as meninas quanto os meninos. Marlon, por exemplo, adora as brincadeiras, mas diz: "gosto de artes também". Camille e Ludmila são taxativas, preferem as oficinas; Juliana chega a descrever algumas atividades artesanais: "por exemplo, uma coisa que estava aqui neste ano, do Quintino, um bonequinho, um

palhacinho de papel de jornal, papel de pão. Aí ela ensinou e me veio a idéia e eu comecei a fazer. Eu fiz um monte de coisas.”

As oficinas de arte e artesanato e a recreação dirigida tampouco inviabilizam a possibilidade de as crianças dedicarem-se pura e simplesmente ao lazer, como bem salientou Alan, que gosta de correr à vontade no horário livre.

Toda essa estrutura que se configurou no projeto Curumim como lazer infantil distingue-se da preocupação que as crianças têm com as obrigações escolares, familiares e com sua futura atividade profissional. Por isso Filipe considera que no lazer sua mente se abre; podemos, então, concluir que fora dali sua mente se fecha: “Na escola eu aprendo a estudar, e aqui eu abro a minha mente para quando chegar na escola ficar com a mente mais aberta, assim, para estudar.”

Existem, portanto, cinco finalidades básicas pautando os serviços prestados pelo Curumim: acolher os filhos de trabalhadores de baixa renda; suprir as dificuldades de socialização da criança carente; suprir suas necessidades básicas, tais como alimentação; promover um ensino informal e indireto, que não suplante as atividades culturais e recreativas; proporcionar atividades de lazer que se diferenciem das obrigações escolares e familiares.

Os quatro primeiros objetivos referem-se diretamente ao preparo para uma futura inserção no mercado de trabalho, seja amparando e alimentando as crianças que, se bem cuidadas, terão mais condições para arcar com suas obrigações, seja organizando-as para facilitar a convivência harmônica indispensável ao bom andamento do trabalho em grupo, e informando o jovem a respeito da sociedade em que vive, para que mais tarde não entre em choque com ela.

Mas a especificidade cultural e recreativa do SESC, que não se confunde com esses objetivos secundários e que foi engendrada durante mais de 50 anos de existência (como informamos em capítulos anteriores), é percebida nitidamente na unanimidade das respostas das crianças entrevistadas: ali é o único lugar onde elas se sentem à vontade, não coagidas pela obrigação ou por preocupação com o futuro, onde podem correr, pintar, jogar, dançar e dar vazão à criatividade. De acordo com as pesquisas feitas com os integrantes do projeto Curumim no SESC Taubaté, podemos dizer que o lazer infantil ali praticado ainda é irredutível à lógica do trabalho.

É claro que a liberdade e a criatividade têm sido alvo de novas teorias sobre administração e recursos humanos nas empresas, teorias que incorporam a originalidade como um pré-requisito para a contratação de profissionais, conferindo

maior "empregabilidade" aos indivíduos. Sem saber, então, os participantes do Curumim estariam preparando-se melhor do que as demais crianças para a inserção no mercado de trabalho. Entretanto, os estudiosos do assunto advertem que a exploração empregatícia dessas características pessoais, bem como a invasão do espaço doméstico por instrumentos de trabalho tais como microcomputadores e meios de comunicação, são prerrogativas de sociedades pós-industriais. O Brasil, apesar de possuir alguns nichos de modernidade, ainda é um país em que o arcaico sobrepuja o moderno; é constituído por ex-escravos, caipiras e filhos de imigrantes; e começou tarde a corrida industrial, como expusemos anteriormente. Por saber que um emprego não significa prosperidade nem estabilidade, a criança brasileira não adere à ética do trabalho e permanece, assim, incólume aos atrativos de uma vida laboriosa. Enquanto isso não se modifica no Brasil, o lazer infantil continua a ser passatempo, brincadeira e jogo, de que tanto gostam os meninos e meninas do Curumim Taubaté.

8. CONCLUSÃO

O Projeto Curumim mostra-se como um modelo oportuno para o desenvolvimento infantil. Com suas diferentes áreas de atuação pautadas no lazer, sugere um exemplo a ser seguido por outras instituições, já que funciona como uma extensão do período escolar para aqueles que não tem idade para estar em creches, precisam de atenção em tempo integral e os pais trabalham ou não tem recursos ou tempo para atender as necessidades das crianças.

É uma experiência que pode e deve ser utilizada em outras frentes, em outros locais, já que há um limite de atendimento nas unidades do SESC, e os recursos necessários para a implantação incluem, principalmente, o desenvolvimento da idéia de Lazer.

O projeto exemplifica a importância do Lazer na formação dos indivíduos, nitidamente quando trabalha temas como cidadania e intrinsecamente quando estimula a criança ao convívio com diferentes áreas de interesse de forma prazerosa e criativa, retirando da mídia televisiva a incumbência de ser a única opção possível de Lazer.

.Atua, também, como mais uma ferramenta para a educação, já que endossa alguns conteúdos que não podem ser bem trabalhados nas escolas, como é o caso da Arte Educação e da área Físico Esportiva, o que reforça a idéia da crise atual da escola formal que tem o seu papel e importância questionados constantemente.

Até a década de setenta havia confiança no progresso e certeza de que o conhecimento científico e a inovação tecnológica iriam superar as injustiças e desigualdades históricas na distribuição do poder e da riqueza. Depois houve o "desmoronamento das expectativas no crescimento sem limite e da confiança na possibilidade teórica e empírica de distribuir democraticamente os frutos desse crescimento". (GENTILLI, 1998:77).

Principalmente por sua função de formação para o emprego a escola sofreu uma grande expansão durante o século XX (GENTILLI, 1998:78), e hoje, com o fim do emprego, a escola tem como desafio formar também para o desemprego, ou, quem sabe, para novas formas de transformações econômicas.

Constatou-se que a economia podia crescer e o desemprego aumentar, sem que uma coisa dependesse da outra.

Hoje, o desemprego é um dos maiores males com que a sociedade tem que conviver, pois, como vimos, no decorrer

deste trabalho, somos uma sociedade que vive do trabalho, valoriza o trabalho e, "de seis bilhões de habitantes, cinco bilhões não trabalham". (DE MASI, 2000:128)

Como foi analisada nos capítulos anteriores, a infância não está isenta de preocupações com as perspectivas de trabalho, inclusive para algumas delas é uma realidade a necessidade da mão-de-obra infantil e adolescente para a manutenção das famílias.

Neste sentido, o Lazer infantil torna-se uma ferramenta para descobrir novos interesses e talentos, já que, "morta definitivamente a promessa do pleno emprego, restará ao indivíduo ...definir suas próprias opções, suas escolhas que permitam (ou não) conquistar uma posição mais competitiva no mercado de trabalho".(GENTILLI, 1998:81)

Além disto liberdade e criatividade são requisitos cada vez mais valorizados nas teorias de administração e recursos humanos, e o projeto Curumim é um espaço privilegiado para exercita-las, o que pode conferir maior "empregabilidade" aos seus participantes.

A única certeza é que o ambiente geral sofrerá mudanças; por isso deve-se estar preparado para escolher, já que até nos países desenvolvidos a pobreza volta a crescer depois de ter quase desaparecido, em épocas anteriores, e o modelo de

desenvolvimento apregoadado dá sinais de falência. O modelo de industrialização da fase áurea do fordismo "é um luxo exclusivo de parcela da população mundial, mas não para a ampla maioria".(Frigotto, 1998:38)

Mas apesar de todos estes pontos práticos, o Lazer tem cada vez mais, seu importante lugar, garantido na vida das pessoas, pois emprego, dinheiro, consumo e labor não é a totalidade das necessidades humanas; é essencial brincar, ser, escolher, criar, mudar. E às vezes, como nas palavras do Alan, o que é mais gostoso no horário livre "é ficar correndo".

9. TRANSCRIÇÃO DAS ENTREVISTAS

Depoimentos colhidos em 1º/03/2001:

- **Jéssica Taiane Lopes, dependente de comerciário, tem um irmão**

nascida em 14/04/1993

Endereço: Rua José Benedito Fabiano, 292; Jardim Esplanada

Estuda na Escola Municipal Esplanada, 2ª série

Pais: Afonso Lopes, 37 anos (segurança da Mafesa); Silvana Alves da Silva, 31 anos (prendas domésticas e curso de computação)

Renda familiar: até dois salários mínimos

-Jéssica, qual a diferença entre o que você faz no SESC e o que você faz na escola ou em casa?

No SESC eu me divirto com a turma, faço exercícios e brinco aqui, né? Na escola eu já estudo, brinco um pouco na hora do recreio, e em casa eu me divirto com as minhas bonecas.

E o que você mais gosta de fazer no SESC?

Ah!, de tudo. Eu gosto mais da oficina, de máscara, de dança...

-O que você aprende aqui você ensina para os amigos da escola ou em casa?

Eu ensino para o meu primo, que é meio chatinho, eu ensino para ele. E a máscara que eu fiz, eu ensinei para o meu irmão, porque ele não veio no dia da oficina.

-O que você fazia neste horário, antes de entrar no Curumim?

Eu via televisão, brincava de boneca. A minha amiga Jéssica me falou para eu vir, e desde o ano passado eu estava com vontade, daí, agora que teve a inscrição, eu fiz a inscrição.

• Alan Moreira de Mattos, dependente de comerciário, tem quatro irmãos

nascido em 06/04/1992

Endereço: Rua Projetada B, 23; Jardim Esplanada

Estuda na Escola Cônego José Luís, 3ª série

Pais: Édson Benedito de Mattos, 37 anos (funcionário da Otávio Coberturas); Maria Bernadete do Prado, 36

Renda familiar: até dois salários mínimos

-Alan, desde quando você está no Curumim e o que você fazia antes?

Desde o ano que vem. *[O ano passado?]* É. O que eu fazia? Brincava, um monte de coisas. Assistia à televisão.

-Quem indicou o Curumim para você?

A professora de escola falou, a professora Cibeles.

-Depois que você entrou, você percebeu alguma diferença entre a escola e o SESC?

Não sei. É que o Curumim é mais legal do que a escola. Porque aqui nós ficamos brincando, nós fazemos recreação, um monte de coisas como brincadeiras, jogos, piscina.

-De tudo o que você faz aqui, o que é mais gostoso?

O lanche. E ficar correndo aqui no SESC, ficar correndo. Quando é horário livre, eu fico correndo aí no SESC.

-Quando você aprende alguma coisa no Curumim, você ensina para os colegas de escola ou para os seus irmãos?

Ensino. É. Eu ensinei um jogo com um fiozinho e umas pecinhas que rodavam assim.

• **Camille Oliveira de Mar, inscrita no Curumim, filha única**
nascida em 31/03/1992 Endereço: Av. Sagrado Coração de
Jesus, 79; Vila São Geraldo

Estuda na Escola Municipal do Mourisco, 3ª série

Pais (separados): José Benedito de Mar, 36 anos (funcionário
do Presídio Tremembé); Fátima Aparecida O. de Mar, 40 anos
(empregada doméstica)

Renda familiar: até dois salários mínimos

-Camille, qual é a diferença entre o Curumim e a escola?

É que na escola a gente estuda, escreve. No Curumim, não, a
gente aprende várias coisas, brinca e também os professores
são muito legais.

-Em casa e na escola você usa o que aprende no SESC?

Sim, eu faço a mesma coisa na escola, ensino, falo para a
professora ensinar para os outros também, para eles saberem
também.

*-Como você conheceu o Curumim e quando você começou a
frequentar?*

Eu entrei no ano passado (2000). A filha da patroa da minha
mãe, antes, ficava aqui. Antigamente eu ficava na creche, daí
meu pai e minha mãe foram separados e minha estava vendo que
eu estava muito triste, daí ela me colocou no Curumim.

-Sua mãe acha que você ficou mais contente depois de entrar para o Curumim? Ela está satisfeita?

Está muito satisfeita, porque também tenho muitas amigas agora: a filha da patroa da minha mãe, que vive com ela e as amigas dela, que também são minhas amigas.

-E o que você fazia antes de entrar aqui?

Eu bordava, brincava lá também, ia no parquinho, fazia várias coisas também. As professoras da Escola Irmã Amália, onde eu estudava antes, me ensinavam a bordar.

O que você mais gosta de fazer no Curumim?

Gosto de fazer várias oficinas.

• Marlon Stefano da Conceição, dependente de usuário, tem dois irmãos e uma irmã

nascido em 10/01/1992

Endereço: Rua Wilson Abirached, 37; Jardim Santa Inês

Estuda na Escola Municipal Esplanada, 3ª série

Pais: José Eduardo Conceição, 36 anos (funcionário da Volkswagen); Maria Francisca Godoy, 36 anos

Renda familiar: mais de cinco salários mínimos

-Qual a diferença entre o que você faz no SESC e o que você faz na escola?

É que na escola a gente pode aprender as coisas mais rápido, tem provas difíceis para passar da 3ª para a 4ª, só que no Curumim eu acho mais legal. Sabe por quê? Porque tem professores legais, muita brincadeira.

-Então no Curumim você gosta mais das brincadeiras do que das outras atividades?

Mas eu gosto de todas. Gosto de artes também.

-Desde quando você está no Curumim e o que você fazia antes disso?

Estou desde o ano passado (2000). Antes eu brincava, jogava futebol, ficava na rua brincando com meus amigos e dentro de casa, com meu irmão e com a minha prima, agora que a minha mãe fica olhando ela.

-Quem indicou o Curumim para você?

A minha mãe, porque quando eu vinha no SESC nos dias de semana, eu via a turma do Curumim, então eu falei: "Mãe, eu posso entrar no Curumim?" Ela deixou e eu fiz a inscrição.

-Quando você chegar aos 12 anos e sair do Curumim, o que você vai fazer nas horas vagas?

Vou estudar, brincar com meus amigos, trabalhar com meu primo na oficina, ter um serviço para ajudar minha mãe, meu irmão.

-Você faz em casa e na escola aquilo que você aprende aqui?

Um das coisas que eu faço aqui dentro ajudam na escola, por exemplo, aprender mais sobre artes. Quando tem alguma oficina difícil, eu posso aprender aqui para fazer na escola.

- **Leonardo M. Guimarães da Silva, inscrito no Curumim, tem um irmão e uma irmã**

nascido em 10/01/1992

Endereço: Rua José Clemente Pereira, 37; Estiva

Estuda na Escola Ação Construtiva, 4ª série

Pais (separados): Marcos Antônio da Silva, 40 anos (vendedor de peças de automóvel); Maria de Fátima M.G. da Silva, 40 anos (prezadas domésticas)

Renda familiar: mais de cinco salários mínimos

-Qual é a diferença entre o que você faz no SESC e o que você faz na escola?

Bem, é que no SESC eu posso aprender e me divertir na mesma hora, na escola eu só tenho tempo para aprender.

-Você sugere na escola ou em casa alguma atividade que aprendeu no SESC?

Bem, no ano passado teve uma vez culinária aqui, daí eu tinha experimentado, achei muito bom e pedi para a minha mãe fazer. Era uma gelatina instantânea. Na escola, às vezes, eu faço uns jogos que aprendi aqui, para fazer no recreio.

-O que você fazia antes de entrar no Curumim?

Antes de eu entrar? Bem, antes de eu entrar eu ficava só andando, brincava, mas não fazia nada praticamente. Foi um amigo que me falou sobre o Curumim, então comecei no ano passado (2000).

-Quando você chegar aos 12 anos, que é a idade máxima de permanência no Curumim, o que você pretende fazer durante as tardes?

Vou fazer o que eu aprendi aqui.

• Ludmila Menecucci da Silva, dependente de comerciário, tem dois irmãos

nascida em 27/09/1990

Endereço: Rua Vasco de Toledo Rodovalho, 53; Vila Albina

Estuda na E.M.E.F. Esplanada Santa Teresinha, 3ª série

Pais (separados): Jorge Menecucci da Silva, 36 anos (funcionário da J.M. Brasil Propaganda e Marketing);

Rosângela Maria Duarte, 36 anos (funcionária da E.M.E.F. Esplanada Santa Teresinha)

Renda familiar: mais de cinco salários mínimos

-Desde quando você está aqui e quem lhe indicou o Curumim?

Faz dois anos. A minha mãe me trouxe para cá.

-O que você fazia antes de entrar para o Curumim?

Ficava em casa assistindo à televisão. Minha mãe achou que entrar para o Curumim seria melhor para mim e para ela também. Ela trabalha o dia inteiro e não vai almoçar, daí ela falou: "Vem para o Curumim, que é melhor para você e para mim também, porque eu trabalho o dia inteiro e daí você não fica sozinha". Daí eu vim para o Curumim.

-E o que você mais gosta de fazer aqui?

Ah, eu gosto das oficinas. É.

-O que você aprende aqui, tanto nas oficinas quanto nas outras atividades, você ensina para alguém na escola ou em casa?

Eu fico em casa mesmo, só eu e a minha irmã. A gente joga, faz coisinhas assim, com bolinhas, fiozinhos. Na escola nunca aconteceu de eu lembrar nada que eu vi no Curumim.

-Para você, qual a diferença entre o SESC e a escola?

No Curumim eu posso brincar o dia inteiro, com os professores, e na escola eu fico só dentro da sala, só tem o recreio para poder brincar com meus amigos. Só.

-O que você pretende fazer depois de sair do Curumim?

Ah, eu vou ficar na escola, porque vai ser período integral, então vou ficar na escola o dia inteiro.

-Além de se divertir, o que você aprende no Curumim?

Aprendo coisas como não ficar brigando com os outros, a ser amigo, não ficar empurrando na hora do lanche, não tirar o boné, coisas assim, o básico.

- **Juliana Netto Castilho dos Santos, dependente de usuário, tem uma irmã**

nascida em 29/11/1989

Endereço: Av. Milton de Alvarenga Peixoto, 1403; Esplanada Santa Teresinha

Estuda na Escola Esplanada Santa Teresinha, atual Escola Municipal Vereador Joaquim França, 5ª série

Pais: Cláudio Aparecido dos Santos, 35 anos (vigilante da Transauto); Rosicléia Netto Castilho dos Santos, 31 anos (cabeleireira, manicure e pedicure)

Renda familiar: de três a quatro salários mínimos

-Desde quando você participa do Curumim e o que você fazia antes disso, além de estudar?

Faz acho que cinco ou seis anos. Eu não fazia praticamente nada, ficava em casa o tempo todo assim. Aí eu era pequena, né, então para mim o tempo passava rápido. Assim que eu fiquei sabendo, pedi para a minha mãe vir comigo e para eu fazer a inscrição logo, fiquei muito ansiosa para começar.

Foi pelos meus colegas que eu fiquei sabendo, colegas de escola.

-Daqui a pouco, então, você chega à idade-limite para freqüentar o Curumim; o que você vai fazer depois disso?

Eu pretendo estudar até terminar a escola e aí seguir a minha vida na minha carreira profissional. Eu pretendo fazer vários cursos, de artesanato também.

-O que você mais gosta de fazer aqui?

Eu gosto mais de artesanato, pintura, essas coisas, porque eu sou assim bem ligada a essas coisas de mexer com artes, eu gosto mais.

-O que você aprende aqui você passa para as pessoas com quem você convive na escola ou em casa?

Eu passo, mais para os meus primos, porque todas as minhas colegas já estão aqui, então eu passo mais para os meus primos. Por exemplo, uma coisa que estava aqui neste ano, do Quintino, um bonequinho, um palhacinho de papel de jornal, papel de pão. Aí ela ensinou e me veio a idéia e eu comecei a fazer. Eu fiz um monte de coisas. De vez em quando eu levo alguma coisa que aprendi aqui para mostrar na escola, a maioria, sim, né? Mas agora, este ano até agora, não, mas eu espero levar.

-Qual é a diferença entre o Curumim e a escola?

Para mim não tem quase diferença. No Curumim eu aprendo bastante coisa educativa e na escola também, só que no Curumim é mais para passar o tempo, para se divertir, na escola é para aprender.

-O que seus pais acham de você participar do Curumim?

Minha mãe gosta bastante porque ela trabalha também, né? Então ela chega em casa e descansa de tarde, porque se a gente estiver em casa ela não descansa porque a gente quer ficar com ela, né? Porque quase a semana inteira a gente não vê ela, então tem que ficar com ela um pouco. Meu pai dorme porque ele trabalha no período da noite, então eles gostam que a gente esteja aqui e não gostam porque a gente não está lá. É isso.

-Você gostaria de sugerir alguma atividade que ainda não foi feita no Curumim?

Não, porque tudo assim que eu penso, que eu gosto, tudo tem aqui, meu lazer é aqui.

• Filipe Silva Ferreira, dependente de comerciário, tem um irmão

nascido em 09/03/1989

Endereço: Rua João Augusto de Castro, 15; Vila Prosperidade

Estuda na Escola Municipal Santa Catarina, 5ª série

Pais (separados): Ademar Borges Ferreira, 41 anos
(funcionário do supermercado Pão de Açúcar); Maria das Dores
Ferreira, 36 anos

Renda familiar: de três a quatro salários mínimos

-Quando você começou a freqüentar o Curumim?

Eu não me lembro muito bem, acho que foi em 1997. É meu último ano agora, depois vou fazer curso de computação, vou entrar em escola de futebol. Se surgir uma oportunidade de trabalho, eu pretendo tentar.

-Você se lembra do que fazia antes de entrar para o Curumim?

Ficava mais em casa assistindo à TV, eu era muito trancado, saía só para brincar um pouquinho na rua, aí minha mãe me colocou aqui. Aí teve uma época que eu fiquei com uma doença e saí do Curumim, depois voltei de novo.

-Já que você ficava muito isolado antes de entrar para o Curumim, você e sua família notaram diferença depois de ingressar aqui?

Sim, conheci mais pessoas, comecei a conversar mais. Minha mãe acha melhor, em vez de ficar trancado em casa vendo televisão, de ficar na rua, é melhor vir para o Curumim.

-Que atividades do Curumim você prefere?

De tudo um pouquinho eu prefiro. Mais, assim, futebol, recreação, eu não gosto muito de ficar quietinho em oficina.

-Qual a diferença, para você, entre a escola e o SESC?

Na escola eu aprendo a estudar, e aqui eu abro a minha mente para quando chegar na escola ficar com a mente mais aberta, assim, para estudar.

-Você leva para casa ou para a escola aquilo que aprende no Curumim?

Acontece de eu fazer alguma coisa aqui no Curumim e no outro dia a minha professora, por exemplo, a professora de artes, eu falo para a gente fazer na escola alguma coisa que eu aprendi no Curumim, e falo com a minha mãe sobre o que eu fiz hoje.

Depoimentos colhidos em novembro de 2000:

- **Celso Adolfo Franco Batista, dependente de comerciário, filho único**

nascido em 23/09/1989

Endereço: Rua Expedicionário Rubens Leite, 42; Vila das Graças

Estuda na Escola do SESI, 5ª série

Pais (separados): José Aírton Batista, 47 anos (funcionário do bar Jacareí); Lázara Leda Franco, 42 anos (funcionária da Empresa de Energia Elétrica Bandeirantes)

Renda familiar: mais de cinco salários mínimos

-O que você acha do Curumim?

No Curumim você pode fazer muitos amigos e pode conversar sobre vários assuntos que são colocados na roda e que você pode usar na escola. Aqui eu gosto de tudo, mas meu preferido é o esporte.

-O que você aprende no Curumim você pode usar em casa?

No Curumim nós aprendemos esportes, artesanatos etc. Eu já aprendi a fazer colares que dei para minha mãe, mas ainda não vendi nada do que eu fiz.

-Em algum momento o Curumim modificou você?

Eu tive uma melhora, porque antes do Curumim eu ficava em casa assistindo à televisão e agora não, porque eu posso vir aqui fazer esportes, oficinas e participar da roda.

-Como você ficou sabendo do Curumim?

Foi através de uma amiga da minha mãe, que o filho participava, e ela falou para minha mãe me inscrever também.

-Você conhece algum lugar parecido com o Curumim?

Não. A roda, por exemplo, é um momento onde são colocados vários assuntos que nós podemos falar, perguntar, nós já conversamos sobre disco voador, a vida, futebol, a gente escolhe o assunto que quiser.

-Qual a diferença entre o Curumim e a escola?

À escola você é obrigado a ir, e no Curumim você vai porque é muito legal.

- **Júlia Ester Vasconcellos, inscrita no Curumim, tem quatro irmãos e duas irmãs**

nascida em 03/09/1989

Endereço: Av. Mal. Artur da Costa e Silva, 659; Jardim Baronesa

Estuda na E.E.P.G. Dom Pereira de Barros, 5ª série

Pais: Mauro Vasconcellos, 47 anos (pedreiro autônomo); Alaíde dos Santos Vasconcellos, 41 anos

Renda familiar: de três a quatro salários mínimos

-Você gosta do Curumim? Por quê?

Gosto, porque a gente chega e aí tem algumas brincadeiras com brinquedos que muitas vezes as mães não podem comprar, depois fazemos a roda e aí vamos fazer algumas atividades como esporte, oficinas, aí cada um escolhe o que vai fazer, e por último tem o lanche, que é muito gostoso.

-Você usa em casa o que aprendeu aqui?

Nós tivemos aula de culinária, aí eu tentei fazer uma coisa que eu tinha aprendido na aula, só que na hora de usar o

liqüidificador eu não coloquei a tampa, e aí espalhou tudo. Também aprendi um jogo novo que eu ensinei à minha irmã.

-Você aplica na escola o que aprendeu no Curumim?

Na escola tinha um jogo que ninguém usava porque não sabia, aí eu ensinei e foi bem legal porque todo o mundo cooperou.

-Como você ficou sabendo do Curumim?

Meu irmão trabalhava aqui e levou uma ficha para mim.

-Vocês já discutiram na roda alguma coisa que você ainda não sabia?

O Censo. Eu aprendi que vai uma pessoa de casa em casa para saber quantas pessoas moram, e eu achei uma injustiça, porque se descobre que tem gente que não tem trabalho e não tem nada.

-Qual a diferença entre o Curumim e a escola?

Aqui a gente aprende a brincar, na escola a gente fica só escrevendo e é um pouco chato. Aqui a gente aprende e pode ajudar os outros também.

10. Modelo de Autorização

Autorização

Eu _____, na
condição de responsável do participante do projeto Curumim-
_____, autorizo-o a
conceder entrevista sobre o referido projeto. Tenho ciência
que as informações registradas serão utilizadas na
monografia LAZER INFANTIL E PROJETO CURUMIM NO SESC TAUBATÉ.

Assinatura do Responsável

11.Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, M.: *SESC São Paulo, uma Idéia Original*. São Paulo: SESC, 1997
- ARENDT, H.: *A Condição Humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1983
- FAUSTO, B.: *História do Brasil*. São Paulo, Edusp/FDE, 1999
- CAMARGO, L.O.L.: *O que É Lazer?*. São Paulo: Brasiliense, 1986
- CUNHA, A.G.: *Dicionário Etimológico*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996
- DE MASI, D.: "Perspectivas para o Trabalho e o Tempo Livre", in *Lazer numa Sociedade Globalizada*. São Paulo: SESC/WLRA, 2000
- _____ : *A Sociedade Pós-Industrial*. São Paulo: Editora SENAC, 1999
- DUMAZEDIER, J.: *Sociologia Empírica do Lazer*. São Paulo: Perspectiva, 1999
- _____ : *Lazer e Cultura Popular*. São Paulo: Perspectiva, 1973
- FIGLIOLI, M.L.A.: *Origens e Implantação do Programa de Lazer no SESC*. São Paulo, SESC, 1982

FRANCO, M.S.C.: *Homens Livres na Ordem Escravocrata*. São Paulo, Ática, 1976

FRIGOTTO, G. (org.): *Educação e Crise do Trabalho*. Petrópolis, Vozes, 1998

GATTAI, Z.: *Anarquistas graças a Deus*. Rio de Janeiro, Record, 2000

GENTILI, P.: "Educar para o Desemprego: A Desintegração da Promessa Integradora". In FRIGOTTO, G. (org.): *Educação e Crise do Trabalho*. Petrópolis, Vozes, 1998

LIBÂNEO, L.B.: *A Questão do Lazer no SESC*. Goiânia: Universidade Católica de Goiás, 1983

LOWENFELD, V./BRITTAIN, L.: *Desenvolvimento da Capacidade Criadora*. São Paulo, Editora Mestre Jou, 1977

PASSETTI, E.: "Crianças Carentes e Políticas Públicas". In DEL PRIORE, M. (org.): *História das Crianças no Brasil*. São Paulo, Contexto, 1999

Programa Integrado de Desenvolvimento Infantil (PIDI). São Paulo: SESC, 1986

BARRA, L.M.B. *Childish leisure and Curumim Project at SESC Taubaté*. Taubaté, 2001. Monography - University of Taubaté.

Abstract:

This monograph discourses on a SESC Taubaté experience with children leisure, through Curumim program.. This program has been developing in all establishments of Serviço Social do Comércio at São Paulo state since 1986. In this way a large understanding of leisure and child knowledge definitions must to be listed. Then we must to verify how's the SESC relation with economical and governmental politics, during 51 years of existence. This correlation between historical moments and SESC's way makes the specific abordage of Curumim, that defines its purposes, untill nowadays, when Curumim completes 15 years of existence. The conclusion is that the economical purposes, including the children education for a future job, are still subordinated to the main leisure function for people in all ages: to give them moments of disinterested entertainment, disports that children and adults choose of one's own will.

KEYWORDS: leisure, childhood, SESC, informal education.

Autorizo cópia total ou parcial desta obra apenas para fins de estudo e pesquisa, sendo expressamente vedado qualquer tipo de reprodução para fins comerciais sem prévia autorização específica do autor.

Lilia Marcia Barra

Taubaté, maio de 2001